



**TORRE DE**  
**MONCORVO**  
assembleia municipal

ATA N.º 14

*Sessão Ordinária*

*26 de Fevereiro de 2016*

-----**Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezasseis,** pelas **09h30**, no **Salão Nobre dos Paços do Concelho**, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**

- 11** Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 14 de dezembro de 2015;-----
- 12** Informação da Correspondência; -----
- 13** Assuntos de interesse relevante para o Município; -----

1.3.1 Instituto Nacional de Estatística – Retorno de Informação Personalizada aos Municípios;-----

**2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

- **PONTO 1** - Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c) do n.º2 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013);-----
- **PONTO 2** – Aprovação do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança (*De acordo com as alterações introduzidas pela Lei n.º106/2015 de 25.08*);-----
- **PONTO 3** – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) – Apreciação do Relatório de Atividades do ano de 2015; -----
- **PONTO 4** – Regulamento – Prémio Literário Campos Monteiro e Prémio de Investigação Santos Júnior;-----
- **PONTO 5** – Proposta de Regulamento de Atribuição de Habitação Social da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo.-----
- **PONTO 6** – Moção sobre o Parque Eólico;-----

➤ Apresentação do Projeto – Parque Eólico de Torre de Moncorvo

**3 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais: -----

-----**Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----

-----José Mário Leite;-----

-----Cristina Alexandra Pantaleão Trindade;-----

-----João Augusto Leal Leonardo;-----

-----Mauro Xavier Cristão Gabriel (*Em substituição da deputada Maria Helena Bernardino*);-----

-----Luís João Fernandes Dias;-----

-----Maria Cecília Maçorano Saraiva Pinto;-----

-----Manuel Carlos Prado;-----

-----Luís Manuel Gonçalves Almendra (*Em substituição do deputado Luís Miguel Meneses Macedo*);-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----Pedro Manuel Ferreira Pereira - Freguesia de Cabeça Boa;-----

-----Francisco António Roque Braz – Freguesia de Carviçais;-----

-----Mário Diogo Pinheiro Miranda – Freguesia de Horta da Vilarça;-----

-----António Manuel Martins – Freguesia de Lousa;-----

-----José Carlos Meneses – Freguesia de Torre de Moncorvo;-----

-----Adriano Luís Mendes Martins – União de Freguesias de Felgueiras e Maçores;-----

-----**Do Partido Socialista (PS):**-----

-----António Alves Salema;-----

-----António Manuel Lopes;-----

-----António Júlio Andrade;-----

-----Magali Isabel Sebastião Amador;-----

-----Ademar Augusto Rodrigues Alves;-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----José Carlos Cordeiro – Açoreira;-----

-----António Júlio Sá Andrade – Freguesia de Larinho;-----

-----Luiz Marcelino Lopes – Freguesia de Mós;-----

-----José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha e Cardanha;-----

-----António Manuel de Castro Gonçalves – União de Freguesias Felgar e Souto da Velha;-----

-----Afonso Henrique Alagoa – União de Freguesias Urros e Peredo dos Castelhanos;-----

-----Verificou-se a presença de **vinte e cinco** membros dos vinte e oito que compõem esta Assembleia Municipal.-----

-----**Constituíram a Mesa:** -----

-----**José Mário Leite** – Presidente da Mesa; -----

-----**Cristina Alexandra Pantaleão Trindade** – 1.ª Secretária;-----

-----**João Augusto Leal Leonardo** – 2.º Secretário.-----

-----**Faltas:** Faltaram os seguintes deputados:-----

- Maria de Fátima Salvador Gonçalves (*Em substituição de Maria Vitória Andrade Lázaro (PS)*);-----
- Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira (PS);-----
- Luísa Maria Pinto Ferreira (PS);-----

----- A **CÂMARA MUNICIPAL** estiveram presentes o senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o senhor Vice-Presidente, Victor Manuel Silva Moreira, e o Coordenador Técnico Manuel Camisa. -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro. -----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.** -----

-----O Sr. Presidente da Assembleia verificada a existência de quórum declarou aberta a reunião eram 9:35 horas.-----

-----Passou-se de imediato à discussão e votação dos assuntos da ordem de trabalhos. -----

## ----- **1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Bom dia a todos. Recebi ontem no meu e-mail, tenho aqui em cima da minha mesa, um pedido de suspensão do mandato do Sr. Deputado Luís Ricardo Ferreira, que deve ser colocado à consideração do plenário.-----

*“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo,  
Venho por este meio, ao abrigo da alínea 1) do art.º 51.º do Regimento da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo, solicitar a suspensão do mandato, no período de 23 de fevereiro de 2016 a 22 de julho de 2016, por afastamento temporário da área da Autarquia por período superior a trinta dias.”-----*

Isto deve ser deliberado pelo plenário. Está autorizada a suspensão do mandato. Os serviços devem registar e passar a convocar a pessoa que se segue na lista.-----

### **1.1 Ata n.º 13 da Sessão Ordinária realizada em 26 de Fevereiro de 2016.-----**

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **António Alves Salema** (PS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alves Salema.-----

-----**Deputado António Alves Salema:** Bom dia a todos. Quanto a esta ata, eu entendo que se verifica uma substancial melhoria, tanto na pontuação, como no desenvolvimento das várias intervenções. Penso que é de louvar o esforço por quem assessoria a Assembleia, uma vez que começa a ter forma de ata. E quero dar os parabéns, porque é um documento que deve ficar bem redigido, porque daqui a amanhã, um dia mais tarde, os nossos filhos, os nossos netos terão oportunidade de ver documentos bem escritos, e com alguma dignidade.-----  
Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado Sr. Deputado. Vamos passar à votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou **por unanimidade, aprovar** a ata. ---

### **1.2 Informação da Correspondência.-----**

-----O Senhor Presidente da Mesa leu um resumo da correspondência recebida, registada sob os números 158 de 2015 a 24 de 2016, inclusive, o qual foi distribuído antecipadamente, a todos os deputados, e informou que a mesma estava à disposição de quem pretendesse consultá-la:-----

- ✓ **Deputada Maria Helena Bernardino** – Justifica a sua ausência na próxima reunião de Assembleia a realizar no dia 14 de dezembro de 2015 e pede substituição.-----
- ✓ **Deputado Luís Ricardo Ferreira** – Justifica a sua ausência na próxima reunião de Assembleia a realizar no dia 14 de dezembro de 2015 e pede substituição.-----
- ✓ **Celestino Ruivo** – Dá a conhecer a realização da Conferência relativamente ao Consolfood 2016 advances in Solar Thermal Food Processing, a realizar no dia 22 e 23 de Janeiro no Instituto Superior de Engenharia da Universidade do Algarve.-----
- ✓ **Formação Norte** – Dá a conhecer que se encontram abertas as inscrições para a Formação Pedagógica Inicial de Formadores, no dia 18 de janeiro de 2016.-----

- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envio do Edital relativamente à alteração da reunião de Câmara do dia 18.12.2015 para o dia 22.12.2015.-----
- ✓ **Ministério da Agricultura e do Mar** – Dá a conhecer a empresa “Planeta Informático” cujo objetivo é desenvolver ações de Aplicador de Produtos Fitofarmacêuticos.-----
- ✓ **Junta de Freguesia e Município de Torre de Moncorvo e a Junta de Freguesia do Castedo** - Desejam um Bom Natal e um Bom Ano Novo.-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envio da Minuta de Reunião de Câmara realizada a 7 de dezembro de 2015.-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Dá a conhecer a tolerância de ponto nos dias 24 e 31 de dezembro de 2015.-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Dá a conhecer a autorização dada aos trabalhadores do município a faltar no dia do seu aniversário ou no 1.º dia útil seguinte quando o dia do aniversário coincidir com um dia em que o serviço esteja encerrado.-----
- ✓ **Teatro Municipal de Bragança** – Dá a conhecer a Programação dos meses de Janeiro a Março de 2016.---
- ✓ **Carlos D’Abreu** – Informa do documentário sobre a Linha do Douro que vai ser transmitido na RTP 2 pelas 21h45.-----
- ✓ **Celestino Ruivo** – Dá a conhecer a realização do Seminário no âmbito do tema “Bioconstruções, Tecnologias Sustentáveis e Pirelióforo a realizar no dia 13 de Janeiro de 2016 no Instituto Superior de Engenharia da Universidade do Algarve.-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envio da Minuta de Reunião de Câmara realizada a 22 de dezembro de 2015.-----
- ✓ **Ilídio Fernandes** – Dá a conhecer o valor cobrado pela empresa Kimiplan da prestação de serviços de aplicação terrestre de produtos Fitofarmacêuticos.-----
- ✓ **Município De Torre de Moncorvo** – Informa da alteração da data de reunião de Câmara do dia 22.01.2016 para o dia 26.01.2016.-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envio da Minuta de Reunião de Câmara realizada a 8 de janeiro de 2016.-----
- ✓ **Empresa Transcript** – Envia a transcrição da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo de 14.12.2015.-----
- ✓ **Global Colobri** – Dá a conhecer sistemas de desinfecção de água.-----
- ✓ **Assembleia da República** – Dá a conhecer o Brasão de D. Manuel de Moura Côrte – Real como a peça do mês de janeiro de 2016.-----
- ✓ **Luís Pucarinho** – Dá a conhecer o seu novo álbum “Orgânica mente humana”.-----

- ✓ **Instituto Politécnico de Bragança** – Informa da reunião a realizar com o Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Professor Doutor Manuel Heitor – Laboratório de Participação Pública a realizar no dia 29.01.2016 pelas 09h00.-----
- ✓ **CTT** – Informa da atualização de preços do Serviço Postal Universal e restantes serviços de Correio.-----
- ✓ **Instituto Politécnico de Bragança** – Informa da reunião a realizar com o Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Professor Doutor Manuel Heitor – Laboratório de Participação Pública foi alterada para o dia 28.01.2016 pelas 21h00.-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envia a Declaração de Impacto Ambiental relativamente ao Parque Eólico de Torre de Moncorvo.-----
- ✓ **CPCJ de Torre de Moncorvo** – Envio do Relatório das atividades de 2015.-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envio da Minuta de Reunião de Câmara realizada a 26 de janeiro de 2016.-----
- ✓ **Direção Geral das Autarquias Locais** – Presente a carta relativamente ao “Apuramento do endividamento municipal em 31.12.2014. Excesso face aos limites definidos no artigo 52 da Lei n.º 73/2013, para o mesmo ano. Audiência Prévia nos termos do artigo 121 do CPA.” -----
- ✓ **Associação Portuguesa de Educação Ambiental** – Informa que no dia 8 a 10 de abril vão realizar-se as XXII Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental.-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envio o Despacho n.º 7 relativamente à Tolerância de ponto no dia 9 de fevereiro de 2016.-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envio da Minuta de Reunião de Câmara realizada a 5 de fevereiro de 2016.-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Dá a conhecer as atividades realizadas no mês de janeiro de 2016.-----
- ✓ **Maria Helena Bernardino** – Informa que por motivos de saúde não vai poder estar presente na próxima reunião de Assembleia que se realiza a 26.02.2016, solicitando assim a sua substituição.-----
- ✓ **Boletim da Assembleia da República** – Informa que a Peça do mês de fevereiro de 2016 é o retrato de António Almeida Santos.-----
- ✓ **Sílvio Carvalho** – Informa da Petição relativa à “Integração dos professores das AEC no Estatuto da Carreira Docente”, solicitando a sua subscrição e divulgação.-----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **Francisco Braz** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Braz.-----

-----**Deputado Francisco Braz:** Ora, muito bom dia. Eu queria pedir aqui ao Sr. Presidente da Assembleia, relativamente à correspondência que recebe, no que concerne às minutas da

Reunião de Câmara, que nos fossem enviadas, porque em termos dos Presidentes de Junta, há muito interesse em receber as minutas da Reunião de Câmara. Nós inicialmente recebíamos – não sei se os restantes membros também, mas os Presidentes de Junta recebiam as minutas. Neste momento, desde setembro, não estão a ser recebidas, e penso que aos Presidentes de Junta dá muito jeito, até para acompanharem o que vai decorrendo, os assuntos que vêm a reuniões, em termos de cada freguesia local. Portanto, deixava esse pedido, obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Acho que o seu pedido tem toda a pertinência. Peço aos serviços de apoio à Assembleia Municipal que enviem, por sistema, a todos os Presidentes de Junta, e a pedido, a todos os membros da Assembleia que o manifestem expressamente.-----

-----A Assembleia Municipal **tomou conhecimento.** -----

### **1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município.** -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra, Sr. Deputado Luís João.-----

-----**Deputado Luís João Dias:** Bom dia a todos. Eu trago a esta Assembleia três assuntos. Um já é recorrente, tem a ver com a documentação nos chegar com pouco tempo de antecedência da reunião da Assembleia. A minha proposta é que à medida que vá chegando junto dos serviços técnicos a informação que vai ser analisada nessa Assembleia, que seja facultada a todos os membros desta Assembleia. A exemplo, o relatório da CPCJ chegou no dia 15 de janeiro, e estamos a 26 de fevereiro, e eu não consegui analisar totalmente devido à falta de tempo.-----

O segundo assunto tem a ver com o horário de realização desta Assembleia. Venho também propor que a Assembleia seja realizada em horário pós-laboral e não em horário laboral, como por exemplo, sexta-feira à noite (tal como Freixo de Espada à Cinta), ou sábados (tal como Alfândega da Fé).-----

Ainda tenho mais um pedido de esclarecimento ao Executivo, que tem a ver com o aumento da taxa de variação homóloga que houve no município durante o mês – que acho que é o mês da Feira Medieval, o mês de março, e gostava de saber o que é que o Executivo irá realizar. Sei que o Executivo tem uma boa relação com quem gere os multibancos, que no passado a

publicidade, a promoção do evento foi feita junto desses multibancos. Queria saber se continuam com essa medida. Sei que os multibancos esgotaram o dinheiro, e gostava de saber o que é que o município vai fazer este ano para resolver esse pequeno problema.-----  
E ainda queria propor a esta Assembleia que fosse criado um grupo de trabalho para a dinamização do setor agrícola da região. Neste momento, o setor agrícola é o setor mais forte do concelho. Se a agricultura deixasse de existir no concelho, provavelmente o concelho iria deixar de existir, é o que sustém a economia do concelho. Neste momento, o concelho anda a duas velocidades na agricultura, e podemos ver isso pela variação da população das freguesias que estão no Vale da Vilariça (vale que tem irrigação), e das restantes freguesias: enquanto as freguesias do Vale da Vilariça não têm perdido população, as demais têm perdido muita população. Acho pertinente que esta Assembleia crie um grupo de trabalho, de forma a analisar qual o estado e qual o potencial da agricultura do concelho, em que terá como resultado um projeto, um programa, uma estratégia que chame todos os Partidos a participar neste grupo de trabalho, e que, se possível, dentro dos mesmos Partidos, pudessem colocar no próximo programa eleitoral das autárquicas esse projeto. Ou seja, esse projeto seria parte integrante de todos os programas que se candidatariam às autárquicas, ficaria salvaguardado que fosse quem viesse, iria executar esse programa, obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, relativamente a algumas questões, obviamente que o Sr. Presidente da Câmara, quando for no período da ordem do dia, provavelmente dará os esclarecimentos necessários.-----

Relativamente às questões que dizem respeito à Mesa da Assembleia Municipal – porque, como sabem, são da competência da Mesa a marcação da data e da hora da realização das reuniões da Assembleia, e também julgo saber (espero não estar a cometer nenhum erro) que também a constituição de grupos de trabalho nesta Assembleia – a questão que se coloca é esta: independentemente daquilo que a Lei consagra, não faz sentido que esta Mesa se alheie daquilo que é o plenário; não faz sentido eu marcar para uma hora ou para uma data que não seja aquela que é, não a vontade de um elemento, mas que seja da maioria de todos os elementos. E eu estou aberto a todas as propostas, pedia-lhe que me fizesse chegar por escrito, e eu, formal ou informalmente, consultarei todos os membros da Assembleia. De qualquer forma, digo que normalmente – e isto parece-me ser o procedimento normal – a data é acordada com a Câmara Municipal, porque a agenda, quer queiramos, quer não, independentemente da independência que existe da Assembleia, a agenda é construída com base nos assuntos que chegam à Câmara Municipal. E portanto, relativamente a isso, é sempre acordada com o Sr. Presidente da Câmara, para ver qual é a melhor altura para que,

obviamente, sejam discutidos e deliberados os assuntos que realmente interessam na gestão do município que é feita pela Câmara Municipal. -----

Mas, eu acho muito bem. Relativamente à constituição dos grupos de trabalho, digo-lhe exatamente a mesma coisa: faça-me chegar uma proposta, que se ela tiver acolhimento, não é o Presidente da Assembleia que se vai opor a isso; pelo contrário, terei todo o gosto em promover grupos de trabalho sobre o setor agrícola, sobre aqueles que os Srs. Deputados entendam. E portanto, tenho abertura total para isso. Gostaria de o ter por escrito. Não precisa de ser agora; não precisa ser deliberada agora, a constituição dos grupos de trabalho. Podemos começar a fazê-la, mesmo informalmente – eu tenho os vossos e-mails, e posso comunicar convosco.-----

Relativamente à questão da chegada da documentação: essa é, efetivamente, uma questão que eu subscrevo – os serviços sabem que eu me queixo muitas vezes que me chega tardiamente a informação. Tanto assim que, lamentavelmente, desta vez, a apresentação que eu tenho em Power Point não está completa, porque me faltam cá alguns ficheiros, dada a altura em que me chegou, eu não tive o tempo suficiente para os poder elaborar. -----

Eu acho que é possível, em termos informáticos, criar uma pasta partilhada, que seja onde se possa cada um identificar-se – é evidente que não pode ser pública; tem de ser reservada, tem de ser acessível apenas aos deputados, mas é possível criar uma pasta partilhada – hoje em dia a informática permite isso, e a internet também – onde os documentos cheguem, sejam colocados, e cada um possa, efetivamente, visualizá-los, sem ter que fazer o descarregar de um PDF enorme. Eu preferia que em vez do PDF único, houvesse vários ficheiros, porque inclusivamente para elaboração da documentação, é sempre mais fácil do que andar com o “corta e cose”. Inclusivamente quando há ficheiros que vêm em Excel, seria muito útil que nós tivéssemos a versão original, para eventualmente poder fazer umas somas, umas subtrações, poder fazer um “corta e cose” de uma forma mais adequada. -----

Da minha parte, quero transmitir isso aos serviços de apoio à Assembleia. Se houver dificuldades nisso, digam, por favor, e eu dialogarei com o Sr. Presidente da Câmara, que estou certo que, com certeza, nos dará os meios e as ferramentas que estiverem disponíveis na Câmara para resolvermos isso.-----

### **1.3.1 Instituto Nacional de Estatística – Retorno de Informação Personalizada aos Municípios;**-----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Alves Salema** (PS) e **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Este é, efetivamente, um dos casos em que não foi, pelo menos da minha parte, completamente analisada, dada a altura em que tive acesso a ela. A forma como chega, em PDF, de uma cópia – não sei se isto chegou em papel ou se chegou em formato digital; a disponibilização imediata do digital, em vez do PDF, é sempre muito mais útil, porque tem uma maior qualidade de análise. -----

Relativamente a isto, obviamente que isto interessa ao município. Apesar de estarmos no período de antes da ordem do dia, eu perguntava ao Sr. Presidente da Câmara se nos quer dar alguma explicação. Muito bem. -----

Tem a palavra o Sr. Deputado Alves Salema.-----

-----**Deputado António Alves Salema:** Dei uma vista de olhos ao documento, e pelos dados desenvolvidos pelo INE para o nosso concelho, verificamos o que toda a gente sabe: é que o nosso concelho está a perder população, morre-se mais do que se nasce, e, efetivamente, é com alguma tristeza que nós vemos isso, mas isso é também o interior todo de Portugal – está-se a perder muita população, não há nascimentos. Em contrapartida, também vimos que o nosso concelho tem já boas condições de vida para as populações, tanto ao nível de saneamento básico, como no turismo, ou na cultura. Portanto, penso que é continuar a apostar nestas vertentes. E o problema da população ultrapassa-nos, sinceramente, a nível local.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís João, faça favor.-----

-----**Deputado Luís João Dias:** Eu antecipei-me; parte do que disse há bocado, no outro ponto, era para este ponto, em relação aos multibancos. -----

E queria sublinhar um ponto, que tem a ver com: a população de Moncorvo representa quatro vírgula um por cento (4,1%) na NUT III, e o seu volume de negócio representa sete vírgula um (7,1%). Isso quer dizer que temos um município que, à primeira vista, parece dinâmico, e queria sublinhar esse aspeto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado.-----

## ----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

### **PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----**

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Alves Salema** (PS), **José Meneses** (Coligação PSD/CDS) e **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito bom dia a todos, Sr. Presidente, Srs. Deputados.-----  
Começo por analisar algumas destas informações que o Instituto Nacional de Estatística nos enviou, e respondo também já às questões levantadas pelos Srs. Deputados. Saliento os levantamentos efetuados nas caixas multibanco comparado com o período homólogo, constatamos que no mês de março, durante o pico do mês de março, em que a média nacional é de quatro ponto dois, a média municipal é de nove ponto oito. Isto equivale a cerca de duzentos mil euros (200.000€) levantados naqueles três dias da Feira Medieval. A Feira Medieval contribuiu para a dinamização da cultura e dos negócios. Aquelas críticas de que é uma “feireca”, que é só mais uma festa, é aqui verificado que não correspondem à verdade. Ninguém levanta cerca de duzentos mil euros (200.000€) para ter no bolso. O que quer dizer é que foi dinheiro utilizado em transações, e injetado na economia local.-----  
Saliento também, as receitas e despesas em termos do ambiente. Quando somos tão penalizados por inovações, e tão frequentemente martirizados mesmo pelas questões ambientais, recorro só que em termos de despesas com o ambiente – estamos a falar, claro, de saneamentos também – a média nacional é de sessenta euros (60€) por habitante, e nós temos uma média municipal de noventa euros ponto três (90,30€) por habitante. O que mostra temos preocupações ambientais. É o município que sustenta estas preocupações ambientais.--  
Refiro também que, no início dissemos que era necessário, em termos informáticos, implementar novas regras, nomeadamente, de acompanhamento por parte dos munícipes, dos processos de licenciamento e de construção que apresentavam no município, para aprovação. Isso é importante e tem duas vertentes: primeiro, porque se criou um código para o próprio munícipe acompanhar o andamento do seu processo (onde é que está, quem são as entidades externas que têm que se pronunciar e qual é o prazo com que se pronunciam). E isto vem a propósito de a média nacional, em termos de licenciamento, estar próxima dos vinte, e nós estamos com setenta e dois vírgula sete processos. Isto quer dizer uma coisa: é que o município implementou regras informáticas nas obras particulares, que se iniciaram em 2007, mas estiveram paradas. Recuperámos todos os processos desde 2007, e estamos neste momento já com os processos de 2016 – ou seja, estamos já com os processos entrados em 2016. Agora, houve atrasos, obviamente, porque estes nove anos só agora foram implementados informaticamente, e daí aparece agora, em termos estatísticos, este número, porque só agora foi metido no sistema, como é óbvio.-----

O volume de negócios, já foi referido aqui, é superior a três por cento (3%) à população, o que quer dizer que este município – tal como vem noutros dados – é um município dinâmico em termos empresariais, e isso vem ao encontro do que o Sr. Deputado Luís João disse, que é em parte devido à agricultura. E portanto, estou de acordo também com as palavras que o Sr. Presidente da Assembleia disse, sobre toda essa situação de novos grupos de trabalho, e fazer-se um pacto de autarcas até para uns mandatos posteriores a este.-----

Quero referir-me também a algumas situações. As minutas das atas: por que é que as minutas das atas não têm sido entregues? Por uma razão simples: é que é fechado quando vai para a Assembleia Municipal, e muitas vezes temos situações que quando é para aprovação da ata, é alterada a redação da minuta. E muitas vezes, o que é que aconteceu já neste mandato, e aconteceu na última Reunião de Câmara, em que foi deliberado o não licenciamento, mas na minuta, por lapso, aparecia “deliberado licenciamento”. Ora, se tivesse sido deliberado o licenciamento, dávamos a conhecer às Juntas de Freguesia, provavelmente porque estão mais próximas das pessoas – e neste caso, era uma freguesia – e iam lá: “Então, o meu processo, como é que está?”, ou até o próprio Presidente da Junta, de uma forma solícita, diria: “Olhe, até foi deliberado.” E depois, na ata final vai ver que foi deliberado o não licenciamento, provavelmente. Por isso é que eu entendo que deve ser a ata depois de aprovada disponibilizada. E agora estão a ser aprovadas com quinze dias – ou seja, a última é aprovada na reunião seguinte. Isso sim, os serviços poderiam enviar de imediato, e não correríamos o problema, muitas vezes, dos erros que aparecem nas minutas.-----

Quanto aos assuntos propriamente ditos, para além daqueles que estão definidos na informação escrita que vos fizemos chegar, está também o que enviámos – e que foi uma proposta e um compromisso que nós assumimos – que é do Regimento Interno do Conselho Municipal de Juventude, que já teve duas reuniões, o seu Regimento Interno foi aprovado em 2 de fevereiro de 2016. E salientar que os Srs. Conselheiros implementaram uma medida que eu acho que está correta, que é reunirem sempre antes de cada Assembleia Municipal, por forma a que se houver moções, ou se houver algum pedido a fazer à Assembleia Municipal, que possa vir diretamente do Conselho Municipal da Juventude para a Mesa da Assembleia. Essa é a grande alteração. O Regimento não tem que estar, como os Srs. Deputados sabem, na ordem do dia; esse é, sim, o regulamento que já havia sido aprovado. O Regimento é interno, mas o Executivo entendeu por bem, juntamente com o Conselho Municipal de Juventude, trazê-lo aqui para conhecimento de todos os Srs. Deputados.-----

Saliento também que nas medidas de transparência – eu provavelmente estava desatento quando o Sr. Presidente da Assembleia falou sobre as cartas recebidas, havia uma também da DGAL, que o Sr. Presidente saltou.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, eu segui o esquema como está. Se saltei é porque não faz parte do registo que está aqui. Mas, eu acho que sim, que falei da DGAL.-----

-----**O Presidente da Câmara:** É, só para dizer que é importante isto que a Direção Geral das Autarquias Locais agora está a fazer, que é não notificar só o órgão executivo, mas também o deliberativo. E isto permite que, verdadeiramente, a Assembleia cumpra aquilo a que estatutariamente está obrigada, que é o controlo sobre o Executivo. Neste caso, até é favorável para o Executivo, mas vamos supor que não era tão favorável assim; se fosse só para o Executivo, poderia não dar conhecimento aos membros da Assembleia. Eu acho que esta metodologia da DGAL, de notificar os órgãos deliberativos, está corretíssima, para um maior controlo. E eu peço desculpa, então, porque não ouvi, e pensei que tinha saltado, porque isto é importante para os Srs. Deputados terem todos acesso a estas informações da DGAL. -----

E isto serve para, neste tema, dizer o que a DGAL entendeu. A DGAL notificou a Câmara Municipal, a dizer que em 2014 estava com excesso de endividamento de dois milhões, cento e quarenta e nove mil euros, cento e sessenta e dois ponto dezoito (2.149.162,18€) – nós já o sabíamos, já tinha vindo aqui à Assembleia Municipal – mas que tinha havido uma variação no excesso do limite para menos cinquenta e quatro por cento (54%). Ou seja, tínhamos conseguido diminuir o excesso de endividamento em cinquenta e quatro vírgula três por cento (54,3%), isto reportado a dezembro de 2014. Ou seja, tínhamos um excesso de endividamento ainda de dois milhões, cento e quarenta e nove mil (2.149.000€). Fomos notificados para responder, respondemos muito simplesmente a dizer que a Lei, o que obriga é a uma diminuição de dez por cento (10%), e conseguimos diminuir cinquenta e quatro por cento (54%), o que quer dizer que o município tinha feito um esforço enorme para diminuir esse excesso de endividamento. -----

Entretanto, fomos notificados já da ficha do município do quarto trimestre de 2015 – ou seja, respeitante a 31 de dezembro de 2015 – em que o Município de Torre de Moncorvo sai do excesso de endividamento. Há uma variação disponível aqui, uma variação do excesso de dívida, que está também nos vossos documentos, que é de menos cem por cento (100%), o que quer dizer que temos uma margem absoluta, neste momento, de seiscentos e vinte e sete mil euros (627.000€), já positivos, e uma margem utilizável de cento e vinte e cinco mil e novecentos euros (125.900€). -----

O que é que isto permite? Permite, desde logo, não estarmos com uma notificação a vermelho na Direção Geral das Autarquias Locais, que é o excesso de endividamento; permite que haja alguma autonomia por parte do Executivo, nomeadamente para contratar; permite também, no novo Orçamento de Estado agora aprovado, termos um aumento de receitas de um e meio por cento (1,5%), porque cumprimos os trâmites financeiros; e permite-nos também fazer algo que

é importante, que é poder recorrer à banca na comparticipação nacional – ou seja, se um projeto tiver até oitenta e cinco por cento (85%) de comparticipação, nos restantes quinze (15%), uma vez que estamos fora do excesso de endividamento, permite-nos ir à banca. Obviamente, vamos tentar não o fazer. Mas, também vou dizer-vos uma coisa: nestes dois anos e meio, num investimento que ronda os cinco milhões de euros (5.000.000€), os quinze por cento (15%) foram sempre assumidos pela autarquia, com fundos próprios. Ou seja, como estávamos impedidos de recorrer à banca, tivemos que ter sempre aqui este fundo. Só para terem uma noção, no último grande projeto, que ainda não está totalmente concluído fisicamente, mas está concluído aqui na sede do município, que foi a primeira fase – e quando eu digo que não está concluído totalmente, é que esperamos que haja agora a abertura das candidaturas da iluminação para as freguesias, mas está concluída a primeira fase, que é na sede da Vila, exceto um pequeno arranjo na Praça Francisco Meireles, porque faltam lá sete candeeiros, e estão a ser feitos exatamente iguais aos da época para se porem nas fachadas, e é por isso que eu digo que não está completamente concluído – mas, para terem uma ideia, o montante a disponibilizar pelas autarquias, no caso de Torre de Moncorvo, seria cerca de trezentos mil euros (300.000€), trezentos mil euros (300.000€), que a candidatura poderia ir até março. Em 22, 23 de dezembro, somos notificados, a dizer: o município tem que ter esse montante pago, cerca de trezentos mil euros (300.000€), que é para poder candidatar-se e receber agora através de recibo. Ou seja, o que era mediante entrega de fatura passou a ser mediante entrega de recibo. Esse era o que nós tínhamos ali mais ou menos em termos de conforto para o fim do ano. E foi esse que foi utilizado. Quero dizer-vos que muitos municípios deixaram cair – nomeadamente Foz Coa deixou cair, Lamego deixou cair (estou a falar só de municípios da CIMDouro) – porque esta alteração de regras deixou-nos assim um bocadinho sem a base de sustentação. Com esta forma que agora aqui temos, de termos saído do excesso de endividamento, permite-nos que esses quinze por cento (15%) sejam alavancados com fundos da banca. Ou seja, não temos este problema de poder cair, esta forma de as candidaturas poderem cair. E isto é importante. Por isso é que eu dizia: não estamos naquilo que seria ótimo, estamos ainda num período em que é preciso muito rigor, mas estamos fora do vermelho, da “red line”, como eu costumava dizer. Eu recorde-me, na primeira Assembleia que aqui fizemos, em 2013 (no final de 2013), que eu dizia que esperava ter o saneamento financeiro feito nestes quatro anos deste mandato. Se nada correr mal, acho que vamos conseguir diminuir ainda mais. O objetivo, neste momento, está cumprido, saímos do excesso de endividamento, e isso é reconhecido também ministerialmente, o que é importante.-----  
Depois, dou-vos só conhecimento de duas situações importantes. A Biblioteconomia: isto parece uma coisa que não é importante, mas culturalmente, e para quem nos procura – e devo dizer-vos que tivemos um aumento muito grande de investigadores na biblioteca e também no

nosso arquivo – é importante porque é uma organização do fundo documental da Biblioteca Municipal. -----

Disponibilização de serviços à comunidade, e um serviço de referência, e um serviço de visitas guiadas: tudo isto tem razão de ser, porque hoje as pessoas chegam, e chegam ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro, ou ao Aeroporto da Portela, e querem vir para o interior, querem vir para o norte, e clicam num pequeno telemóvel, e querem saber como é que vão, onde podem pernoitar, o que é que têm para ver. E isto tudo esteve inserido neste programa “365 dias à sua espera!”, que é uma forma de, com um pequeno telemóvel, poder ter acesso a toda a informação do município. E tenho que realçar aqui os funcionários nessa área, do turismo, cultura, que têm feito um trabalho excelente, como, aliás, todos os funcionários em geral, porque desde o estaleiro até aos serviços de apoio à Vereação e à Presidência, todos eles estão em formação. São novos métodos, novas formas. Eu espero – e o Sr. Presidente da Assembleia de certeza que vai ficar contente também – espero que no próximo relatório do Revisor Oficial de Contas já não venha a questão do aprovisionamento no estaleiro, porque está a funcionar. Mas, com isso, tivemos que criar também outras alternativas, novas formas de aprovisionamento, dar formação a funcionários que nunca tinham tido, sobre o que é a entrada e saída de materiais. E isso não se vai refletir agora, mas daqui a um ano, dois, três, penso que os serviços irão melhorar com isso.-----

Entretanto, obras de grande dimensão: a primeira fase do saneamento da Macieirinha está concluída; falta agora a segunda fase e depois, obviamente, a repavimentação. Foi feito do início até ao fim, e neste momento podemos dizer que já está com o essencial feito, e esperamos que quando o tempo melhorar, fique resolvido de vez. -----

O Bairro do Fomento Habitação, o Bairro 25 de Abril, com a primeira fase, que é a fase dos acessos aos prédios, acesso de carro de bombeiros e acesso de ambulâncias, está também a bom ritmo. Houve um atraso porque teve que se construir todo aquele muro de suporte da própria estrada, tivemos de fazer novas infraestruturas, desde saneamento, telecomunicações – tudo isso está a ser visto. Era um bairro que não tinha intervenção há cerca de quarenta anos. E portanto, esperamos ter a primeira fase finalizada, não digo neste mês, mas neste semestre, e espero avançar para a segunda fase, que será a fase das coberturas – tirar todas aquelas coberturas que estão lá, em fibrocimento, para novos materiais. Essa é uma candidatura que o Município de Torre de Moncorvo apresentou à CIMDouro, e que muitos municípios acolheram, que se chama “Amianto Zero”. Esperamos agora conseguir que ela seja implementada.-----

Estamos a finalizar, a eletrificação rural do Douro, no termo da União de Freguesias de Urros e Peredo dos Castelhanos. Esta foi uma medida que vai ao encontro do que o Sr. Deputado disse, do setor agrícola: temos cento e noventa e sete – salvo erro – proprietários que, direta

ou indiretamente, irão beneficiar desta eletrificação para as suas propriedades agrícolas. Obviamente que eu gostaria muito que avançasse, e que houvesse uma nova medida para fazer ali o fecho do que ainda é necessário, nomeadamente mais para aqui, entre aspas, para a Freguesia de Urros, eu gostaria ainda que avançasse mais um bocadinho; estamos a trabalhar na possibilidade de haver uma abertura de candidatura. Obviamente que tem que ser sempre com candidaturas – estamos aqui a falar de um valor superior a meio milhão de euros (500.000€). E como disse, os quinze por cento (15%) sempre a serem suportados pelos fundos próprios da autarquia.-----

Finalizou-se também o projeto, como disse, do ILUPUBDouro, que é a substituição das luminárias que existiam por luminárias LED. Queremos com isso ter uma eficiência energética de mais vinte e cinco por cento (25%), em termos de redução de consumo energético. Só para recordar, o município gasta, em termos de iluminação pública – agora, com os municípios integrados da CIMDouro, que se reduziu bastante – cerca de setecentos mil euros (700.000€) / ano. Portanto, contamos que haja ali uma redução de cerca de vinte e cinco por cento (25%).--- Dar-vos a conhecer também que há o lançamento da implementação do projeto “Moncorvo é Mais”. -----

As Festividades da Semana Santa vão ocorrer, juntamente com a Santa Casa da Misericórdia, de 19 a 27 de março. A Festa da Amendoeira em Flor decorrerá de 6 de fevereiro a 26 de março, aqui com uma nuance: é que, no ano passado, coordenámos entre quatro municípios os fins de semana, para não haver sobreposição de uns com os outros; neste momento, o que temos é mais um município – Miranda do Douro quis associar-se às Festividades da Amendoeira em Flor, e então temos aqui um programa supramunicipal, de cinco municípios, para dar cor e dar também algum dinamismo à Feira da Amendoeira em Flor.-----

A Feira Medieval, Produtos da Terra, Artesanato e Tasquinhas, este ano decorrerá a 8, 9 e 10 de abril, para não se sobrepor à Semana Santa, como compreenderão.-----

De realçar só, e para terminar – depois poderemos ter mais um período – que é a 1.ª Mostra de Artes Cénicas de Torre de Moncorvo, o Teatralma. Foi feito em parceria com o Grupo Alma de Ferro Teatro, tivemos cá a Federação Portuguesa de Teatro, diversos grupos de teatro que vieram fazer aqui a sua atuação, tivemos também a apresentação de uma peça de Leandro Vale. E portanto, quero dizer que a diversidade cultural que estamos a oferecer, acho que nos deve orgulhar aqui a todos, como um concelho dinâmico e virado para diversas vertentes, muito obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Câmara. De qualquer forma, registo as preocupações culturais e ambientais, registo e louvo. E nisto da estatística, há sempre duas formas de olhar para as coisas. É apenas uma mera curiosidade: nós temos uma

representação na NUT III de quatro vírgula um (4,1%), mas nos resíduos sólidos urbanos, temos quatro vírgula dois (4,2%), e nas recolhas indiferenciadas, quatro vírgula três (4,3%). Podemos dizer que recolhemos melhor, ou podemos dizer que produzimos mais lixo. Gostaria de saber qual é a opinião do Sr. Presidente, por mera curiosidade.-----

Tem a palavra o Sr. Deputado Alves Salema.-----

-----**Deputado António Alves Salema:** Respondendo a toda a explicação do Sr. Presidente da Câmara, começo pela situação financeira. Como se recordarão, eu sempre aqui disse na Assembleia Municipal que era premente nós arrumarmos a casa, nem que o município tivesse que se prejudicar em determinadas obras. A casa arrumada é o ponto fundamental para que se possa depois fazer a verdadeira política. Neste aspeto, penso que devemos estar todos de acordo, e parabéns ao Executivo, uma vez que tomou as rédeas de arrumar a casa. Isso era necessário, e fez-se. Evidentemente que se aproveitaram todos os fundos comunitários, e as coisas vieram dar ao que deram. A dívida era demasiado para este município; no entanto, estamos no caminho certo para hoje podermos pensar no Quadro Comunitário 2020. Eu acho que aí estamos no caminho certo. Quero neste sentido, dar, pelo menos da minha parte, os parabéns à Câmara.-----

Agora, a primeira fase do Bairro de Santo Cristo, eu gostava de saber se eram aqueles os valores que estão dentro do concurso que houve, porque ali houve já várias modificações, talvez aparecessem várias situações com que não se estaria a contar. Eu gostaria de saber se os valores dispararam para muito mais.-----

Também gostava de saber do Sr. Presidente se houve um estudo na parte da iluminação pública no concelho, em termos de LED, porque eu acho que a Praça Francisco Meireles, neste momento, está muito mal iluminada. Vem aí a Flor da Amendoeira, a Feira Medieval, que trazem muita gente a Moncorvo, e tem que se repensar esta parte, porque eu julgo que há ali duas situações: ou melhoramos a capacidade das lâmpadas para duas ou três vezes mais, ou então têm que os postes ser muito mais altos para a iluminação na praça ser eficaz.-----  
Era isso que eu queria dizer.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Meneses.-----

-----**Deputado José Meneses:** Muito bom dia a todos os presentes. -----  
Completamente de acordo com o deputado Alves Salema relativamente à iluminação da praça, é urgente modificarmos o mais rápido possível, porque, realmente, é o Ex-Libris da vila.-----

Relativamente ao ponto, Conselho Municipal da Juventude, eu não poderia deixar de fazer duas referências. Em primeiro lugar, dar os parabéns a este Executivo por finalmente ter levado até ao fim a elaboração e a constituição de um Regimento Interno do Conselho Municipal de Juventude, e nesse sentido, dar voz aos jovens deste concelho, no qual poderão também mostrar toda a sua irreverência, e trazer um contributo de desenvolvimento para Torre de Moncorvo.-----

O segundo aspeto: eu queria referir nesta Assembleia o nome de um Ex-deputado que muitas vezes lutou para que se constituísse este Conselho Municipal de Juventude sendo mesmo o primeiro – e foi sempre uma ideia deixada para segundo plano. Com certeza, por ser um Ex-deputado jovem, ou da Oposição. O nome desse Ex-deputado é Nuno Manuel Martins Costa, ao qual eu queria deixar uma referência, e que constasse em ata o nome desse jovem de Torre de Moncorvo, que como muitos outros teve de procurar ambições profissionais e pessoais em outros destinos.-----

Para finalizar, e de encontro às palavras do Sr. Deputado Alves Salema, congratular o Executivo pela diminuição da dívida, e pelo trabalho efetuado ao longo destes dois anos, muito obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís João.-----

-----**Deputado Luís João Dias:** É no seguimento da parte da dívida: é muito bom quando superamos as nossas próprias expectativas – o Executivo acabou de dizer que previa só no final do mandato resolver o problema financeiro; ainda não terminámos o mandato, e parece estar resolvido. -----

Tenho uma questão sobre essa parte financeira: acabou de nos dizer que em final de dezembro de 2015 tínhamos trezentos mil euros (300.000€), vou-lhe chamar de almofada financeira, que nos permitiu entrarmos em concursos, que de outra maneira não conseguiríamos, porque não tínhamos acesso à banca. A minha questão é a nível da estratégia, da estratégia para este ano e para os anos seguintes: será que vamos continuar a criar esta almofada financeira, ou se, por defeito, vamos à banca pagar juros. Deixo também a minha opinião: é muito bom ter almofadas financeiras; digamos que não somos apanhados desprevenidos.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.-----

Relativamente à estratégia financeira, a estratégia financeira passou não só pela diminuição da dívida, mas também pela diminuição do prazo de pagamento aos fornecedores. Neste momento, estamos com trinta e cinco dias, e eu recorro que iniciámos com mais de cento e cinquenta dias. E isto também foi importante porque o dinamismo e a dinamização da economia no concelho faz-se também com o pagamento a tempo e horas a quem é fornecedor da Câmara Municipal, e isso permite também que haja preços competitivos com outros municípios aqui ao lado – conseguiu ter obras relativamente mais baixas pelo prazo de pagamento a fornecedores.-----

Começando pelo fim, a estratégia financeira, obviamente, é termos sempre esta almofada financeira. Quando eu digo que é importante podermos ir ao crédito, quer dizer que há alguns projetos a que a nossa almofada financeira não nos permitia ir, concorrer com outros municípios aqui à volta, porque não suportava esses quinze por cento (15%). Agora, se reparar, se conseguirmos ter vinte por cento (20%) de almofada financeira, e concorrer para ter quinze por cento (15%), é fácil de pagar, e não ficamos de fora de nenhum investimento, que neste momento, Sr. Deputado Alves Salema, estamos num momento agora – em que já devíamos estar há dois anos e meio atrás, mas atrasou-se – o Quadro Comunitário Portugal 2020 só agora vai começar a funcionar. -----

E obviamente que nós temos aqui um grande sonho, e o nosso grande sonho é – e estou a falar aqui na sede do concelho – que toda a parte do Largo da Corredoura, sede das associações, pavilhão e a clínica que está lá, se conseguíssemos na regeneração urbana, demolir essa parte, fazer uma grande ligação a um parque verde, que espero na próxima semana acabar por fazer a escritura pública da aquisição dos terrenos por baixo do Bairro de Santo Cristo, já se iniciou o derrube das casas do S. Paulo, e permitir-nos-ia ter um espaço verde que iria ligar Corredoura, S. Paulo e Santo Cristo, e mais tarde ter uma ligação aqui ao Bairro 25 de Abril, onde iria surgir um grande pavilhão, um pavilhão de eventos que substituisse as infraestruturas que temos na Corredoura. Temos esse investimento orçamentado, são dois milhões e meio de euros (2.500.000€), para ter cozinha e apoio às entidades económicas do concelho, nomeadamente aos produtos endógenos, termos também um pavilhão onde todas as modalidades indoor poderiam ser contempladas, juntamente com as aulas a dar pelo Agrupamento de Escolas, teríamos uma parte superior com uma clínica que serviria nos moldes que temos ali na Senhora da Conceição, e teríamos também a parte das associações, onde existiriam as mesmas salas que hoje existem, mas renovadas num único complexo. E toda essa área iria ligar ao fundo de S. Paulo: teríamos ali percursos pedonais, teríamos um pulmão dentro da Vila de Torre de Moncorvo. Esse é o grande sonho, é por isso

que eu digo que espero que seja neste Quadro Comunitário. Nós não temos dinheiro, obviamente, para podermos fazer este projeto sozinhos. -----

Tenho a dizer-vos também que na última CIMDouro, este projeto foi aprovado, condicionado à vertente dos particulares, o que quer dizer que agora, por cada euro público, temos que trazer de retorno dois euros (2€) de particulares. A intenção seria ter este programa como proposta, aliás já havia um programa idêntico, com o Pavilhão Souto Moura, e assim faríamos tudo no mesmo pavilhão. Ou seja, o que está pensado para dois pavilhões, estamos a falar de uma grandeza de alguns milhões de euros, ficaria tudo no mesmo pavilhão, por dois milhões e cento e cinquenta mil euros (2.150.000€), e toda aquela área seria renovada e requalificada. -----

Portanto, eu falo nessa almofada, nós queremos ter sempre essa almofada, e queremos estar sempre salvaguardados; temos é de ter a possibilidade (que não tínhamos) de concorrer, como alguns podem concorrer, não estão a vermelho na Direção Geral das Autarquias Locais. É só isso, quando digo que temos de ter alguma almofada.-----

Quanto ao resto, agradeço os elogios, e quero responder diretamente: quando eu digo que o ILUPUBDouro está fechado, está fechado em termos financeiros e físicos, mas há alguns retoques que se têm que fazer. Só na Praça Francisco Meireles, para terem ideia, não vamos pôr outro tipo de candeeiros que não os tradicionais que temos. Faltam cerca de nove candeeiros. Eu vou dizer-vos mais ou menos: um virado para cá, na Rua das Flores (temos um virado para a Rua das Flores, falta um para a Praça da Rua das Flores; depois, para explicar melhor, na casa da Professora Marly faltam dois, nos suportes de granito que estão lá, são dois – um, se repararem, até estava lá caído; depois, falta um no edifício do estabelecimento do Sr. Mateus, exatamente, há outro que falta; onde era o estabelecimento dos Ferreiras & Almeida, falta um, virado para cá, para a praça, e outro virado ainda para a Rua do Castelo; faltam dois no tribunal (o tribunal também tem dois); e faltam dois focos, que são os focos que iluminam aqui a parte da retaguarda da muralha – aí tem dois focos, que vão ser implementados também. Isto está tudo previsto. Para além disso, que ainda não está posto, falta a iluminação da fonte – a iluminação da fonte vai ser mais potente, vai ser no interior da fonte, para iluminar dentro da água. Portanto, vai ficar já ali mais ou menos resolvido. -----

Com essa intervenção, falta-nos também a substituição dos postes pela EDP, quer da Rua dos Sapateiros, quer da Rua da Misericórdia, para termos os mesmos candeeiros, exatamente iguais aos que temos aqui na Praça Francisco Meireles.-----

A única situação que temos para resolver, mas que também já está em fase de desenvolvimento pela Philips – que foi a Philips que ganhou o concurso, e é a Philips que está a resolver isso – é no Largo General Claudino, em que há um sombreamento muito grande, se repararem, da própria fonte, e da própria praça. Falta lá um candeeiro também, e faltam os dispersores de luz, que não estão ligados. Vai haver um aumento da capacidade dos

dispersores de luz – ou seja, neste momento temos a luz a focar assim, e vamos ter a focar um bocadinho mais longe do que é normal. E com isso, vamos resolver. -----

Agora, tem razão naquilo que disse sobre o estudo que foi feito. O estudo foi adequado; a questão é que os da praça deveriam ter uma altura maior. Aquelas lâmpadas estão para funcionar a cerca de três metros. Esse é o problema. E quando foram implementados, eles deram conta disso, e é por isso que agora têm os dispersores. Só que o que eles também alegam é: estando completa por fora da praça, que já não vai ter aquele sombreamento. Mas, de qualquer forma, a intervenção vai ser nos da praça, no interior, e vai ser também à volta da praça.-----

Quanto ao projeto do Bairro 25 de Abril: como sabem, foi feito aquele muro em pedra. Houve alargamento, houve necessidade de se fazer um muro em pedra, só que está contabilizado ali em todo o alcance em betão. Portanto, o que houve foi a substituição do betão para a pedra. Tudo o resto são as obras que estavam previstas: alargamento e passeios. Trabalhos a mais: os únicos trabalhos a mais que se fizeram foi, quando se fez a obra que se está a fazer, foi o saneamento e as águas – porque já tínhamos, e já que estávamos a abrir, fazer isso – e também com a EDP e com a PT – mas isso, trabalhos da EDP e da PT mesmo – que são aqueles fios que estavam lá pendurados, uns para um lado, outros para outro, que davam um aspeto muito mau àquele bairro, e vão ser todos subterrâneos. Mas, nessa parte, está contabilizado pelas próprias empresas, EDP e PT; não tem nada a ver. Portanto, a primeira fase está conforme foi projetado; a única alteração foi a retirada do betão, e passar a fazer em pedra, mais nada. Foi a única alteração que houve. Penso que respondi a todas as questões que me foram levantadas.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Suponho que sim, Sr. Presidente. De qualquer forma, há uma segunda ronda, há uma inscrição. Faça favor, Sr. Deputado.-----

-----**Deputado António Alves Salema:** Com a instalação, lá em baixo, no Largo da Corredoura, com tudo o que o Sr. Presidente explicou, quer-me parecer que o projeto do Souto Moura morreu. Não se vai avançar para o local onde estava projetado; avançará, sim, para esta situação. Motivo principal: custos. Certo? -----

Também quero dizer o seguinte: concordo um bocado com o Presidente quando diz que temos que ter almofadas, mas também temos que estar preparados para a banca, porque o Quadro Comunitário 2020 vai originar um movimento de despesa muito maior do que se pode pensar. Se nós queremos estar habilitados, e concorrer para estas obras todas, devemos estar preparados. Ir à banca para esses processos dos quinze por cento (15%) não assusta ninguém; tem é que ser controlado, tem que se saber o que se deve fazer. Não vamos deixar

de fazer obras, por vezes, para não recorrer à banca. Portanto, a banca serve precisamente para isso. E se a Câmara estiver em condições de ir à banca, deve ir à banca, e não deixar ir as obras estruturantes deste concelho e de Moncorvo para a “borracha”.-----  
Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente, não sei se quer esclarecer este assunto, muito obrigado.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Dizer que, efetivamente, o município não tinha capacidade para um projeto de oito milhões de euros (8.000.000€), temos de assumir isso. Eu gostava muito de ver aqui um projeto do Arq.º Souto Moura, gostava mesmo. Gostava, porque hoje há um novo tipo de turismo, que é o turismo de visitar obras de Prémios Pritzker. E ele, efetivamente, é um Prémio Pritzker. Só que não temos essa possibilidade, e temos que encarar com toda a dignidade. Não vamos pôr oito milhões de euros (8.000.000€) num investimento quando esses oito milhões de euros (8.000.000€) não chegam, ou são superiores àquilo que são as transferências do Estado para este município. Pelo menos neste momento não temos possibilidade. E a ideia que está já aprovada, e que irá iniciar dentro de um mês, ou dentro de dois meses, será fazer ali naquela zona um parque urbano com uma pista medicalizada, onde possa haver, com as IPSS's do concelho (todas as IPSS's), um exercício físico controlado. E toda aquela área, na primeira fase, vai até às hortas comunitárias, e vai ser um projeto que eu acho que vai ficar muito bonito, vai ficar bem em Moncorvo, vai haver uma revitalização da antiga Casa do Chá, e vamos ter ali uma zona onde se pode passear, onde as pessoas vão sentir-se agradavelmente surpresas, e ao mesmo tempo vão-se sentir muito bem a usufruir daquela infraestrutura. Esse é um projeto que está aprovado, é um valor global de trezentos e setenta e sete mil euros (377.000€), o procedimento foi lançado, para arrancar, em princípio, daqui a dois meses.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Antes de passarmos ao Ponto n.º 2, o meu colega de Mesa chamou-me à atenção que quando referi a correspondência recebida, não dei o devido relevo à petição que foi apresentada por Sílvio Afonso Dengucho de Oliveira Carvalho, que pede que seja divulgada e subscrita a petição para a integração dos professores das AEC no Estatuto da Carreira Docente. Está feita a ratificação. Portanto, eu peço aos Srs. Deputados que subscrevam e divulguem esta petição.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **apreciou a “Informação**

escrita do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal e Financeira do Município”.....

---

---

**PONTO 2 — APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA (DE ACORDO COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 106/2015 DE 25.08).**.....

---

---

-----Não houve intervenções neste ponto. ....

-----**O Presidente de Mesa:** Peço ao Sr. Presidente da Câmara que nos faça uma breve introdução.....

-----**O Presidente da Câmara:** Sr. Presidente, muito rapidamente, o regulamento do Conselho Municipal de Segurança já existia; este teve só como efeito as novas alterações legislativas, e portanto, é exatamente para funcionamento, plasmar no próprio regulamento o que a Lei determina.....

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Uma vez que não há intervenções vamos passar à votação.....

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 33/98, de 18 de julho na sua redação atual, deliberou **por unanimidade** aprovar provisoriamente o “Regulamento do Conselho Municipal de Segurança” e submetê-lo a título consultivo ao Conselho Municipal de Segurança. ....

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. ....

---

---

**PONTO 3 — COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (CPCJ) – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2015.**.....

---

---

-----Não houve intervenções neste ponto. ....

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor, Sr. Presidente.....

-----**O Presidente da Câmara:** Este é um relatório que é obrigatório, sobre as atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Eu, como sabem, não faço parte. O que está relatado é aquilo que se passa na Comissão de Acompanhamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, quer alargada, quer restrita.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea h) do n.º2 do artigo 18.º da Lei n.º 147/99 deliberou **por unanimidade** aprovar o “**Relatório de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Torre de Moncorvo do ano de 2015**”.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

---

#### **PONTO 4 — REGULAMENTO – PRÉMIO LITERÁRIO CAMPOS MONTEIRO E PRÉMIO DE INVESTIGAÇÃO SANTOS JÚNIOR.**

---

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Lopes (PS)**, **Luís João Dias (Coligação PSD/CDS)** e **António Júlio Andrade (PS)**.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Este prémio literário e prémio de investigação, foi dado a conhecer um drafting muito ao de leve aqui na Assembleia Municipal, depois foi levado à Câmara Municipal, que introduziu algumas alterações, nomeadamente no que concerne à modalidade de investigação, o representante do Instituto Politécnico de Bragança deverá ser um docente de ciências sociais, mas com o grau de doutor. Eu peço aos serviços, que pelo menos no meu, eu continuo a ter sem esta alteração, não está lá o grau de doutor; no meu, não tenho. Mas, a alteração em Câmara Municipal foi exatamente essa, que teria que ser com grau de doutor, porque se já são mestrados, e outros já são mestrados, tem toda a lógica que seja um de grau superior, em termos académicos, a avaliar.-----

Depois, o que foi definido em termos de montante foi três mil e quinhentos euros (3.500€) para o prémio, três mil e quinhentos euros (3.500€) e a edição da obra. -----

Pôs-se a questão também na Câmara sobre os representantes, e eu sinto-me extremamente confortável, quer numa modalidade, quer noutra – até porque dará maior credibilidade aos prémios – ter representantes, quer da Academia de Letras de Trás-os-Montes e Alto Douro, quer do Prémio Literário. Parece-me que as questões que foram apresentadas, se é um prémio de Moncorvo, por que é que não há de ser aqui, vamos lá ver: isto é um prémio de Moncorvo para honrar a memória de um grande escritor e de um grande investigador, mas é um prémio literário que nós queremos que seja reconhecido a nível nacional. E portanto, as entidades que estão aqui até salvaguardam o próprio prémio, ao estarem aqui inseridas. A questão é: “Mas nós não sabemos se eles aceitam.” Ora bem, por isso é que há convites. Nós não podemos é antecipar-nos a convidar se a Assembleia Municipal ou o órgão executivo não tivessem aprovado. Como é que eu posso convidar alguém, e depois não ter a ferramenta necessária, que é a aprovação? A partir de agora é que haverá – e de certeza absoluta que poderão haver ajustes neste regulamento. E eu aí, acho que quer o órgão executivo, quer o deliberativo, deve estar aberto também a que haja estes ajustes. Mas, temos é que primeiro ter alguma coisa para lhe dar, para dizer: “Olhe, este é o prémio; gostávamos de os convidar, ou gostávamos que indicassem alguém para fazer parte.” Parece-me que deve ser assim. -----  
Entretanto, a alteração, eu devo dizer-vos que da primeira vez, no orçamento que nós aprovámos aqui, o prémio era de cinco mil euros (5.000€). Entretanto, foi reduzido para três mil e quinhentos (3.500€), por causa das menções honrosas, e a possibilidade de termos a edição do livro. E por uma razão muito simples: tirando, penso que é Vila do Conde, que terá um prémio literário diminuto, aqui à volta são dois mil e quinhentos euros (2.500€), os prémios que existem. Portanto, acho que o prémio tem toda a dignidade. -----  
E quanto a isto, é o que se me oferece dizer. Também dizer que é para 2016, o Prémio Literário Campos Monteiro, e eu aqui pedia, dependendo da votação que houver aqui hoje, que os serviços sejam também rápidos a enviar para estas entidades, porque já estamos em fevereiro, temos que andar depressa com isto, para terem também, se calhar, algum tempo para indicar os seus representantes.-----  
Basicamente é isto. Será o Prémio Literário 2016, Prémio de Investigação 2016. -----  
Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Deputado António Lopes, tem a palavra.-----

-----**O Deputado António Lopes:** Bom dia a todos.-----  
Só para corroborar um pouco da ideia do Sr. Presidente, acho que o prestígio que um prémio pode ter, o prestígio de um prémio literário não se mede também só pelo valor; há grandes

prémios cujo valor é simbólico. Haja depois júris, de facto, independentes, e que avaliem efetivamente o valor literário e valor cultural da obra, digamos assim. Era só.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís João, tem a palavra.-----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Era só um pedido de esclarecimento: este documento está fechado? É que se não estivesse fechado, gostava de pôr à consideração, na parte do art.º 6.º, “Requisitos”, o ponto B, não ser só em língua portuguesa, mas também em língua mirandesa. Já que abrange mais que o concelho, então faz todo o sentido, se é Trás-os-Montes, ser possível candidatar-se em língua mirandesa.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, relativamente a isso, e salvo melhor opinião, o que eu entendo é que este foi o regulamento aprovado em Câmara Municipal, e portanto, vem aqui para aprovação ou para rejeição, o que não impede, a meu ver, que essa proposta não suba de novo ao Executivo, e o Executivo possa introduzi-la e trazê-la de novo à Assembleia. Nesta altura, não me parece curial estar a fazer alterações a um regimento que vem assim da Câmara Municipal. Se ele tivesse nascido aqui, com certeza que teria todo o cabimento.-----  
Relativamente à questão do Sr. Deputado António Manuel Lopes, eu subscrevo completamente aquilo que diz: eu acho que prestigia muito mais o júri de qualidade, e o facto de ser externo à Câmara é prestigiante também. -----

Eu gostaria de deixar aqui uma breve notícia: vem hoje um artigo no Jornal Nordeste, do meu querido amigo Ernesto José Rodrigues, e que fala no Museu da Língua Portuguesa, que independentemente de se situar onde se situa, é um museu Bragançano, é um projeto distrital. Numa altura em que houve problemas com o equivalente em S. Paulo, com aquele incêndio desastroso, e em que Matosinhos aparece ao lado do Ministro, a anunciar que quer fazer um museu deste tipo, era importante que o distrito se erguesse e apoiasse este projeto, até porque este distrito tem uma característica: é o único em Portugal que tem duas línguas – e vai de encontro à intervenção do Sr. Deputado Luís João.-----

Faça favor, Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Eu concordo perfeitamente e plenamente com o que disseram; até poderíamos ir mais longe: os candidatos apresentarem em língua portuguesa, mas a edição poder ser bilingue, porque não me parece que quem for analisar a proposta, ou o concorrente, tenha que saber o mirandês. Mas, concordo perfeitamente – e aí estou até aberto, a que seja na edição, que sempre que haja concordância com o autor, que possa ser bilingue.

E aí eu preferiria, Sr. Presidente, se concordasse, que fosse essa já a proposta da Assembleia, e que sendo acolhida pela Câmara Municipal, que não tivesse que vir novamente à Assembleia, por forma a podermos convidar as entidades.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito bem. Então, faremos a votação em dois aspetos: primeiro, o regulamento tal qual está. A questão que se coloca, Sr. Deputado, segundo entende o Sr. Presidente da Câmara, tem a ver com timings. Ou seja, era importante que essa recomendação, a fazer parte do regulamento, pudesse ser integrada já no próprio regulamento para sair. E portanto, vamos fazer isto de duas formas: o aspeto de recomendação parece-me adequado; vamos votar o regulamento tal qual está, vamos votar a recomendação, essa recomendação que é do Sr. Deputado, se for da Assembleia Municipal, passará para a Câmara, e ela deliberará sobre o assunto.-----

Faça favor, Sr. Deputado Luís João.-----

-----**O Deputado Luís João Dias:** É só para dizer que eu não vi a abrangência de mudar a língua na fase de candidatura, mas concordo plenamente com o Sr. Presidente de Câmara, em que a ideia da edição é mais importante ainda na divulgação do mirandês que a própria peça a concurso. Por isso, também há alteração do art.º 9.º, criando um novo ponto (ponto 4), na parte de edição bilingue. Já agora, poderíamos falar também, e aconselhar a Câmara no formato, página a página, como se vê: em vez de serem dois livros separados, ser editado nas duas línguas, em que uma página é numa língua, e a outra página seria na outra.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado António Júlio Andrade.-----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Eu não tenho nada contra a língua mirandesa, absolutamente nada, mas vejam só, imaginem que aparecem dez obras de um concorrente, são todas em português, é vencedor um trabalho em língua portuguesa. Depois, vai-se pagar a um tradutor para fazer a edição em língua mirandesa também? Eu penso que isso não tem pés nem cabeça; a única coisa que terá pés é se o autor original for um mirandês, que escreva em língua mirandesa, está bem que seja editado em língua mirandesa e portuguesa. Agora, qualquer outro trabalho, não penso que seja razoável editá-lo nas duas línguas, porque isso implicaria pagar a tradução.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Srs. Deputados, peço desculpa, mas nós não podemos transformar isto num “ping-pong” de opiniões. Na Mesa está primeiro o regulamento, e vamos votar o regulamento. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por unanimidade** aprovar o “**Regulamento que institui o Prémio Literário Campos Monteiro e Prémio de Investigação Santos Júnior**”. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Estão aqui duas recomendações para a Câmara Municipal, segundo entendo. Uma delas é que não seja excluída a língua mirandesa da edição. E vamos votar esta. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com 22 votos a favor e 3 abstenções aprovar o “**que não seja excluída a língua Mirandesa**”. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Uma segunda proposta, que é que a obra seja editada em duas línguas – ou seja, uma obra bilingue. Assim, Executivo tem, digamos, luz verde desta Assembleia para integrar, ou não, no regulamento, a tempo de poder ser usado já este ano.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com 15 votos a favor e 10 abstenções aprovar o “**que a obra referida seja editada em Mirandês**”. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

## **PONTO 5 — PROPOSTA DE REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO.**-----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Alves Salema** (PS) e **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Sr. Presidente, este é talvez o regulamento que mais tempo levou a fazer, com mais entidades públicas consultadas – só para os Srs. Deputados terem uma ideia, o próprio IHRU só há oito dias é que enviou os seus pareceres, e com muitas alterações, todas pertinentes, e o enquadramento jurídico. -----

Este regulamento visa tão simplesmente uma coisa: é que sempre que é para atribuir uma habitação social, havia sempre um problema: ou porque este era conhecido, ou porque não era conhecido, e este sabia para onde se havia de mexer, o outro não sabia. Aqui neste novo regulamento estão todos os critérios de quem pode concorrer, quem não pode concorrer, quais os documentos necessários para concorrer, e quais são as obrigações de cada um. Ou seja, é um regulamento que não dá hipótese de haver critérios personalizados. É um regulamento generalista, onde cada um tem que caber nas alíneas que lhe estão previstas, porque senão não há habitação. Eu penso que desta forma conseguimos melhorar, quer a imagem do município, quer a imagem dos autarcas. E portanto, este é um regulamento que nos vai clarificar a entrega de habitações sociais. -----

Para os Srs. Deputados terem uma noção, isto a título meramente informativo: no Bairro 25 de Abril ainda há quarenta e nove habitações sociais, neste momento, ocupadas, e há vinte e nove habitações sociais ocupadas no Bairro Martins Janeira. Portanto, temos cerca de uma dezena de casas que irão brevemente também ser disponibilizadas. -----

A intenção deste Executivo é – sempre o dissemos – que os arrendatários que queiram adquirir o seu imóvel o devem fazer, há essa possibilidade, e vamos iniciar depois deste regulamento – e deixo já esta informação: é que vamos iniciar a regulamentação do arrendamento social, de acordo com a nova Lei, e de acordo com os parâmetros exigidos pelas próprias entidades externas. Não vale a pena continuarmos a esconder aquilo que não é possível, não vale a pena esconder que há subarrendamentos e há também arrendamentos a terceiros por parte de quem detinha o direito, e isso vai terminar, bem como as rendas que irão ser, de uma forma geral, atualizadas. Eu estive a assistir à Comissão de Habitação, presidida pela Arq.<sup>a</sup> Helena Roseta, em Lisboa, e foram explicadas situações extremas, desde logo pessoas que pagam quatro euros (4€) de renda, e foram notificados pelo IHRU para passarem a pagar duzentos e noventa e oito euros (298€). A única forma que o IHRU fez foi sobre os rendimentos. E houve lá um caso caricato: a pessoa pagava quatro e noventa e um (4,91€), tinha sido notificada para pagar os duzentos e noventa (290€), porque ganhavam novecentos euros (900€), ele e a esposa, só pelo rendimento. Só que depois ele tinha sessenta por cento (60%) de incapacidade, e a esposa setenta e cinco (75%), e ninguém tinha visto isto. Ninguém tinha visto isto. Para não suceder isso, para não vir uma entidade externa aplicar aqui valores que serão incompatíveis com a maior parte dos casos, temos que resolver definitivamente este assunto. A

Câmara já deliberou: o regulamento está a ser feito, mas em vez de esperarmos pela aprovação do regulamento respeitante às rendas, autonomamente a Câmara notificar os inquilinos, por forma a trazerem já a documentação. E se formos notificados por entidades externas, que possamos já dizer que o processo já foi iniciado. Desta forma salvuardaremos algumas situações. Não estou a dizer que todas elas sejam legítimas, porque também tenho a plena noção de que há situações que não estarão de acordo com o rendimento das pessoas. A renda mais alta que nós temos no nosso parque habitacional social é de quarenta euros (40€), e é uma, ou duas, no máximo; de resto, anda tudo numa média dos oito euros (8€). Conseguimos que situações em que havia arrendamentos há vinte anos, com valores que não atingiam os cinco euros (5€), e que nunca tinham sido habitadas, e que estavam a ser constantemente e consecutivamente, todos os períodos, subarrendados, e subarrendados individualmente, a cinquenta euros (50€) por pessoa, estavam a ser utilizados alguns dos apartamentos do nosso parque habitacional. Conseguimos pôr cobro a isso, conseguimos neste momento que todas essas situações, as mais delicadas, ou por compra – porque aí têm legitimidade legal para adquirirem, porque são os arrendatários – ou então por despejo. -----  
Portanto, eu lembro-me que quando fizemos a Assembleia Municipal na Freguesia da Lousa, havia um grande problema, que a Câmara queria pôr as pessoas todas na rua. Ninguém quis pôr nada na rua; quisemos clarificar, quisemos de alguma forma dar uma luz às pessoas, que foi esta: há direitos, mas também há deveres, e há pessoas que estão fora da habitação social que precisam mais do que muitas que estão lá dentro, e há outras que legalmente estão lá dentro quando não o deviam estar. E estas dez habitações que conseguimos ter livres, foi exatamente por isso: chegámos a entendimento com as pessoas, e aquelas com que não chegámos a entendimento, a um despejo. E as pessoas entenderam isto, as pessoas entenderam, porque não era possível ter apartamentos subarrendados a dez ou doze pessoas de países de leste, e cobrarem cinquenta euros (50€) a cada um, quando estavam a pagar quatro euros e setenta e sete (4,77€), no caso em concreto. Isto não era possível. E portanto, não nos vamos nós aqui arvorar em defensores de algo que não tem defesa. Tivemos que clarificar as situações. -----  
Neste momento, o nosso parque habitacional está clarificado, temos este regulamento para entrar em vigor, e espero na próxima Assembleia Municipal, se as entidades externas se pronunciarem todas a tempo, vir já com o regulamento do arrendamento. Entretanto, esta informação que já dei para a Assembleia, volto a repetir: autonomamente já fomos pedindo aos inquilinos para virem trazer a documentação de deficiência física, de rendimentos, de pessoas dependentes na habitação, que é para não sermos de alguma forma surpreendidos como foram outros municípios de outros concelhos. Nós não queremos que haja entidades externas

aqui a ir só pelos rendimentos; nós sabemos que, às vezes, os rendimentos, quer para um lado, quer para o outro, não condizem com a realidade. -----

E portanto, eu penso que esta proposta de regulamento – eu tenho muita honra em apresentá-la, foi um trabalho árduo, mas foi um trabalho profícuo, e com diversas entidades externas a pronunciarem-se. Este foi verdadeiramente um regulamento discutido.-----

Muito obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Câmara. Tem a palavra o Sr. Deputado Alves Salema.-----

-----**Deputado António Alves Salema:** Eu só quero dizer, sobre a proposta de regulamento, que vai ser uma ferramenta muito útil para todas as partes intervenientes, clarificando antecipadamente todas as situações de concurso. Isso é benéfico e é importante, porque deixa de haver ideias de que há compromissos, de que há tudo isso. Neste caso, eu apoio a proposta de regulamento.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís João.-----

-----**O Deputado Luís João Dias:** É óbvio que este regulamento é uma mais valia para a transparência na aquisição de habitação social. Tenho umas certas dúvidas, provavelmente por falta de conhecimento, que é no art.º 3.º, ponto 1, alínea d), “Dependentes”: “Só são consideradas pessoas com idade inferior a vinte e seis anos, que frequentem estabelecimento de ensino e não usufruam de rendimento mensal bruto superior ao indexante dos apoios sociais.” Eu pergunto se pessoas de idade que estejam no agregado familiar – é que não vi estarem contempladas em nenhuma parte do documento, e acho que fazem parte do agregado. Eu, como não conheço a Lei, não sei se era pertinente, ou não, colocar essas pessoas na parte dos dependentes.-----

E outra dúvida é no art.º 11.º, ponto 1, alínea c), que não tenho conhecimento do que é o Conselho Local de Ação Social da Rede Social. Era só para ter conhecimento.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Peço ao Sr. Presidente da Câmara, então, para fazer os esclarecimentos pedidos.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado.-----

O CLAS é exatamente o que nós aprovámos também em sede de primeiras reuniões da Assembleia, em que tivemos aqui que nomear também pessoas que estivessem na Assembleia Municipal, ou que a Assembleia Municipal entendesse que eram de idoneidade para estarem presentes. No fundo, há uma entidade e há dois grupos: um que é o grupo restrito, onde faz parte o Presidente da CLAS, faz parte um Vereador (que neste caso é o da ação social), faz parte um magistrado do Ministério Público, faz parte o Comandante Territorial e faz parte alguém designado pelo Agrupamento de Escolas. E depois há o alargado: o alargado são cerca de vinte pessoas, ou mais, em que há uma série de entidades, nomeadamente aquelas que aqui foram nomeadas. E qual é a capacidade que tem? Todas as preocupações sociais são analisadas pelo CLAS, tudo o que é do âmbito social. -----

É pertinente – aqui nas definições está só o que é a Lei, o que a Lei contempla, e se reparar, eu tenho alguma dificuldade, nesta dos vinte e seis anos, porque a ir para a frente a proposta do atual Governo, até aos trinta anos, provavelmente esta alínea também irá ser alterada, porque teremos dependentes até aos trinta anos. É a proposta que temos agora, e portanto, como está aqui, a idade é só para os dependentes menores – digamos, dezoito anos, menores, e depois com as eventuais repercussões legais: vinte e seis anos na atual Lei, podendo ser até trinta anos, se for aprovado. -----

Entretanto, toda essa parte pode ser na emergência social: os idosos, as vítimas de violência doméstica, todos eles estão na emergência social. Não, estando na emergência social, fazem parte do agregado familiar. Ou seja, não está como dependente, mas está na emergência social, porque tem duas razões de ser: é que não é, por exemplo, um filho que se candidata, ou poderá ser ele a candidatar-se. Dá-nos aqui uma abrangência maior, quer aos idosos, quer às vítimas de violência doméstica. -----

Eu aproveito para dizer que este trabalho foi coordenado pela Vereadora Piedade, ela hoje não pôde estar presente por motivos de força maior, e portanto, ela certamente estaria muito mais à vontade do que eu estou para explicar isto. Agora, se o Sr. Presidente da Assembleia assim o entender, na próxima Assembleia, faríamos um Power Point – temos um Power Point feito; podia ser hoje, só que fui informado que já está aí o CEO da empresa – temos um Power Point feito exatamente com estas explicações todas. Se acharem pertinente, na próxima Assembleia, já com a Sra. Vereadora.-----

-----**O Presidente de Mesa:** E então, propõe-se que seja adiado este ponto?-----

-----**O Presidente da Câmara:** Não, eu proponha que fosse votado; as explicações de cada alínea é que estão nesse Power Point: onde é que entram os idosos, onde é que entram os

jovens, onde é que entram as vítimas de violência doméstica, o porquê deste rendimento per capita ser assim – ou seja, a explicação legal está feita nesse Power Point.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito bem. Eu coloco, ou remeto isto para o plenário, se o plenário assim o entender, porque acho que quando vamos votar algo, devemos ter o conhecimento máximo. Se de qualquer forma o plenário se acha suficientemente esclarecido para podermos fazer esta votação mesmo que haja algumas falhas de informação, eu passo à votação. -----

Relativamente ao ponto seguinte, que nós vamos debater aqui uma moção sobre o parque eólico, mas tem também uma apresentação do projeto. Eu vou inverter esta situação, porque entendo, precisamente por aquilo que acabei de dizer, que a informação é muito útil, e havendo aqui alguém credenciado para nos dar uma informação detalhada sobre este projeto, era importante ouvi-lo primeiro, questioná-lo, e só depois, sim, tomarmos a nossa deliberação, e cada um em consciência votar de acordo com aquilo que entende ser o melhor para o município.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por unanimidade aprovar** a proposta de “**Regulamento de Atribuição de Habitação Social da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo**”. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

## **PONTO 6 — MOÇÃO SOBRE O PARQUE EÓLICO.**-----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Lopes** (PS), **António Alves Salema** (PS) e **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Eu queria fazer uma pequena introdução.-----  
*“Não interessa quão cruéis, indecentes e maus podeis ser, de cada vez que respirais, fazeis feliz uma flor”. Esta frase é do humorista canadiano Mort Sahl, citado por Richard Charles Lewontin no seu livro “Biologia como ideologia”. Nessa obra, Lewontin, demonstra claramente que a noção, tantas vezes proclamada e defendida, de que lá fora existe um mundo fixo e constante que os seres humanos perturbam, modificam e destroem é perfeitamente errada e não tem qualquer adesão ou suporte na realidade.* -----

*Toda a ação é modificadora e é impossível viver sem modificar. Cada ser vivo é um destruidor do seu próprio ambiente pois o seu metabolismo traduz-se em retirar dele o que para si (e para os da sua espécie) é bom e introduzir-lhe tudo o que é mau. Felizmente o mal de uns é o bem de outros, como Mort Sahl sintetiza na frase atrás reproduzida. Acresce que os seres vivos têm a capacidade de se adaptarem e conseguem modificar as suas próprias características para sobreviverem num meio ambiente em mudança, como Darwin demonstrou.-----*

*Acontece que é o mesmo Darwin que evidenciou três aspetos que relevam para o assunto em questão. O primeiro é que o processo evolutivo, sendo efetivamente adaptativo, é igualmente gradativo e o seu período mede-se em milénios, não em décadas. O segundo é que toda a adaptação tem limites e o legado que temos foi feito com muitíssimas baixas em combate, infelizmente irrecuperáveis. O terceiro garante que sendo a origem da vida uma única, a condição humana é o ponto cimeiro do caminho comum, não sendo adquirido, bem pelo contrário, o direito de dispor de outra qualquer espécie a seu bel-prazer.-----*

*Concluindo, viver é modificar. Toda a modificação, em boa verdade, tem aspetos que podem ser considerados positivos e outros negativos, sendo que a valoração de cada um deles depende muito do contexto e do avaliador.-----*

*É com este espírito que temos de encarar o processo que hoje debatemos, na Assembleia Municipal.-----*

*“O Projeto do Parque Eólico de Torre de Moncorvo enquadra-se no Programa “Dinamização do Cluster das Energias Renováveis”, onde o Governo Português assumiu, no âmbito do Protocolo de Quioto, o compromisso de reduzir as suas emissões de estufa (GEE), definindo como meta até 2020, no quadro dos seus compromissos europeus, 60% de produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis”, como é referido nas conclusões de dois dos três pareceres da CCDRN, sendo que no terceiro são analisados e valorizados os impactos positivos no emprego e nas atividades económicas locais, sem deixar de apontar, em qualquer um deles, os impactos negativos, sendo que alguns deles não são, no entender do ICNF, minimizáveis.-----*

*Fica evidente nos pareceres de vários organismos que a opção B trouxe para valores aceitáveis vários impactos negativos, sendo, suponho eu, o mais significativo o que afeta a Zona Especial de Proteção do Alto Douro Vinhateiro.-----*

*Sendo esta casa o local de exercício democrático de opiniões livres, seria, a meu ver, importante poder ouvir aqui os representantes desse Instituto (ICNF) para nos poderem explicar de viva voz as convicções que fundamentaram tal juízo e poderem exercer o contraditório perante as objeções que lhes pudessem ser colocadas num salutar exercício de confronto ideológico. Apesar de esta iniciativa não ter tido origem na Assembleia Municipal,*

*entendi por bem, com o acordo da Câmara Municipal, convidar o ICNF para se fazer representar para o salutar confronto livre de opiniões diversas e divergentes.-----*

*Lamento que o convite não tenha sido aceite. Na sua ausência cabe-nos olhar e analisar com a maior independência o parecer emitido pelo ICNF.-----*

*O Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas tem por missão propor, acompanhar e assegurar a execução das políticas de conservação da natureza e das florestas, visando a conservação, a utilização sustentável, a valorização, a fruição e o reconhecimento público do património natural, promovendo o desenvolvimento sustentável dos espaços florestais e dos recursos associados, fomentar a competitividade das fileiras florestais, assegurar a prevenção estrutural no quadro do planeamento e atuação concertadas no domínio da defesa da floresta e dos recursos cinegéticos e aquícolas das águas interiores, e outros diretamente associados à floresta e às atividades silvícolas.-----*

*No âmbito das suas competências, elaborou um parecer bem construído e de acordo com as suas convicções e atribuições. Cabe a quem objeta as conclusões rebatê-las e evidenciar as suas eventuais fragilidades e erros de fundamentação.-----*

*Em consonância com as restantes entidades, aponta a opção B como aquela que menor impacto negativo provocará, pelo que me parece não oferecer, neste aspeto, qualquer dúvida que é essa a única possível de oferecer base sustentável e suficientemente sólida para sobre ela construir a argumentação de contestação.-----*

*Reconhece que o projeto não abrange nenhuma área classificada, e por isso não existe nenhum impacto direto sobre áreas classificadas mais próximas. Elenca vários impactos negativos na flora, de acordo com a severidade, contudo nenhum com intensidade suficiente para inviabilizar o projeto. Quanto à fauna, são as ameaças sobre as aves e morcegos que assumem proporções que, no entender dos técnicos, apresentam riscos de tal dimensão que impedem o prosseguimento do projeto nos termos apresentados.-----*

*Não posso deixar de manifestar a minha estranheza para o facto referido por várias entidades de haver insuficiência de levantamento e, por consequência, de dados, e ainda por constatar que a principal razão para reprovação do projeto pelo ICNF resulta do impacto nas espécies voadoras, tendo contudo sido aprovado pela SPEA (Sociedade para o Estudo das Aves), que inclusivamente se disponibilizou para reunir com os intervenientes no processo para que o projeto possa ser melhorado.-----*

*Estou certo que o Executivo Municipal prosseguirá com determinação e sem desfalecimento o caminho que promova inequivocamente o interesse público, em escrupulosa obediência à Lei e aos legítimos poderes nela consagrados.”-----*

*É isto que se me oferece dizer para introdução. Pergunto se algum dos Srs. Deputados pretende fazer uma introdução antes de ouvirmos o representante do promotor do projeto.*

Muito obrigado. Peço, então, ao Sr. Eng.º Paulo Amante que faça uma apresentação do projeto.-----

-----**Eng.º Paulo Amante:** Ora, bom dia. Antes de mais, gostaria de agradecer, obviamente, o convite feito pelo Sr. Presidente e pela Assembleia Municipal, para podermos apresentar o projeto e os últimos desenvolvimentos do mesmo, que temos tido, obviamente, várias interações com os Ministérios, nomeadamente do Ambiente e da Economia. -----

Eu penso que seria, talvez, fazer um pequeno sumário dessas interações que temos tido com eles – e a Câmara também tem tido, o Sr. Presidente da Câmara de Torre de Moncorvo e de Carrazeda de Ansiães, também têm tido reuniões, nomeadamente com o Ministério do Ambiente. E sem dúvida que da parte dos técnicos do ICNF não tem havido uma abertura de discutir sequer as suas posições, apesar de nós termos apresentado na nossa contestação e recurso administrativo, que decorre neste momento, termos apresentado vários pareceres independentes de universidades, nomeadamente da Universidade do Minho, que fez vários trabalhos ao longo dos anos nesta área, e que se especializa também na área das aves planadoras e do impacto que os parques eólicos possam ter nessas mesmas espécies, e que esses pareceres, de todo, discordam com a posição que o ICNF tomou em relação ao parque eólico aqui, e inclusivamente dizem que se essa posição continua a ser defendida pelo ICNF, então o Governo Português deveria reanalisar todas as declarações de impacto ambiental favoráveis, em mais de cinquenta por cento (50%) dos parques eólicos em Portugal. -----

E por isso, eu depois falarei um bocadinho acerca desse tema, mas só para dizer que, realmente, neste momento, a decisão terá que ser, obviamente, uma decisão mais política, uma vez que o ICNF, como serviço, continua a opor e, digamos assim, inclusivamente não apresentando sequer argumentos, apresentando soluções que para nós não são argumentos que inclusivamente validem a posição que eles tomam, mas essa é a posição. Para a semana terei novamente reuniões no Ministério do Ambiente e da Energia para tentar encontrar uma solução que seja viável, digamos assim, e que permita a construção do parque ainda este ano, e não, digamos assim, termos que ir para uma via mais judicial, e acabarmos por construir o parque daqui a três ou quatro anos, que os tribunais levam esse tempo a decidir sobre estes temas.-----

Obviamente, nós fizemos uma reclamação administrativa, como disse, da decisão do Sr. Secretário de Estado do Ambiente, desfavorável. Basicamente, nesse documento, nós apontamos vários problemas da decisão tomada, tanto em termos puramente legais, digamos assim, administrativos, a forma como foi feito o documento, ignorando por completo a nossa audiência prévia – basicamente, no processo administrativo, a APA apresenta ao Ministério uma decisão, digamos assim, uma indicação de decisão, e depois em sede de audiência

prévia, o promotor – existem outros intervenientes, mas principalmente o promotor – terá o direito, digamos assim, de contestar essa decisão. Nós fizemos isso, apresentámos os nossos argumentos. Por Lei, nós temos que ser ouvidos, e não fomos. E depois, a decisão que foi assinada pelo Sr. Secretário de Estado, basicamente foi o mesmo documento, a mesma decisão que tinha sido apresentada como documento, a 23 de outubro – portanto, como documento ainda não completo. Por isso, basicamente, neste caso, o Ministério e a Administração saltaram basicamente um passo, que por Lei nós temos direito a ter.-----  
Obviamente, isso faz parte da nossa reclamação administrativa, e obviamente existe base legal para a nossa contestação. Depois, também fizemos, obviamente, uma contestação novamente da parte técnica, e da argumentação técnica apresentada pela APA, e principalmente pelo ICNF, para a rejeição do projeto.-----  
É importante salientar também que, obviamente, a APA saltou também um outro passo, aquando da emissão do parecer da Comissão de Avaliação, que foi novamente auscultar – a Lei obriga a que a APA se reúna com o promotor, a fim de encontrar soluções para os problemas encontrados. Este passo também não foi feito, e também foi eliminado, digamos assim, do processo. Obviamente que com a mudança de Governo, esse processo não foi ajudado pela mudança de Governo, porque deixou praticamente tudo nas mãos da Administração, digamos assim (neste caso do ICNF e da APA), o que, obviamente, uma vez que o ICNF é contra o projeto, não se esperava, digamos assim, outra posição do que a que eles tomaram.-----  
Gostava também de salientar que a nível deste processo em si, eu compreendo perfeitamente que exista uma posição do ICNF, e que essa posição até possa ser contra; discordamos dessa posição, mas até aceito que possam ter uma posição contra. No entanto, é incrível que em Portugal, e num processo administrativo, que as únicas entidades que se pronunciam sobre a nossa contestação – isto é, sobre o nosso argumento – são as mesmas entidades que inicialmente se pronunciaram contra o processo. É, digamos assim, ser juiz em causa própria: eu tenho uma posição contra, outra pessoa discorda da minha posição; a única pessoa que vai realmente analisar essa posição sou eu próprio. E por isso, é um pouco distorcida a forma como o processo administrativo está planeado. No entanto, é o que existe, e por isso, de certa forma, talvez por isso é que existam os tribunais.-----  
Depois, houve várias pequenas coisas – e não vou ler necessariamente – houve várias pequenas coisas, na prática do ato que foi feito, que obviamente nós contestamos a nível legal. Por exemplo, uma coisa simples: todas as figuras que o ICNF utilizou na sua contestação à nossa apreciação foram-nos entregues a preto; isto é, nós não conseguíamos distinguir o que é que lá estava. Quando nós pedimos que fosse dada ênfase a essas mesmas figuras, de uma forma legível, essa pretensão foi-nos negada, e realmente só conseguimos aceder a isso na

semana passada. Na semana passada é que conseguimos aceder às figuras que o ICNF tinha utilizado. No entanto, nós tínhamos conseguido perceber, mais ou menos, o que é que eles estavam a utilizar, que informação é que eles estavam a utilizar, e basicamente era informação que eles recolheram num estudo que foi feito entre 2003 e 2006, na zona. Esse estudo seguiu várias aves, nomeadamente naquela zona, e embora eles não tenham apresentado as conclusões desse estudo, nós, obviamente, conseguimos encontrar o estudo, e as conclusões desse estudo foram, por exemplo, que o casal de águia-real que basicamente tinha feito um ninho (nessa altura, entre 2003 e 2006) na Vilarça, esse casal tinha-se mudado para a zona da Barragem do Sabor. Foi uma das conclusões. Há outros dois casais de águia-de-bonelli, que eles identificam como nidificando na zona, e esses casais, um deles, o macho foi morto por um caçador na Galiza, e a fêmea morreu de causas naturais, também no norte de Espanha, na Galiza. Já há muito tempo que se tinham mudado. Outros dois casais também foram em radiorastreio: um deles, o radiorastreio deixou de funcionar, mas o casal tinha-se mudado para o centro de Portugal, e o outro casal também se tinha mudado para a Galiza, e também tinha desaparecido do radiorastreio – potencialmente, o equipamento deixou de funcionar. Mas, o ICNF utiliza isso como sendo que os ninhos continuam a ser ocupados após esse período de tempo, o que, obviamente, nós não encontrámos quando fizemos os nossos estudos, e, realmente, havia um casal novo que estava a nidificar, de águias-de-bonelli, mas os outros, realmente, os ninhos não estavam ocupados. Foi o que nós fizemos. Obviamente, aí é que o ICNF depois passou a considerar esses ninhos como prováveis ninhos de espécies. Obviamente, são prováveis se alguma vez já se viu algum animal neles, mas não existe prova real de que os ninhos tenham voltado a ser ocupados. Inclusivamente, num deles, nós não conseguimos encontrar a posição do ninho, embora estivesse referenciada, mas não conseguimos encontrar o ninho, mas pronto. E por isso, eles consideraram como prováveis, em vez de serem definitivos. Isso, obviamente, em relação à parte das aves, aquilo que mais nos surpreende. -----

Outra coisa que nos surpreendeu bastante foi a nova posição que eles tomaram, de que deveríamos manter uma distância de cinco quilómetros a partir dos ninhos. Eles, obviamente, consideraram cinco quilómetros a partir dos ninhos que realmente existem (que é um, possivelmente dois), mas um que está realmente ocupado pelo casal de águias-de-bonelli, e dos outros prováveis ninhos que existiam, durante esse período entre 2003 e 2006. E resolveram acrescentar um valor de cinco quilómetros, quando a prática até hoje, e durante todo o período do estudo, tinha sido que deveria manter-se uma distância de cerca de dois quilómetros dos ninhos – que foi o que nós mantivemos, embora na maior parte dos parques eólicos em Portugal essa restrição de dois quilómetros, em muitos tem sido reduzida, isto geralmente em relação à águia-de-bonelli. Por exemplo, no Parque Eólico de Malhanito, no sul

de Portugal, no Algarve, onde existe a maior reserva, digamos assim, de águia-de-bonelli, no qual esse parque foi aprovado com vários ninhos a uma distância de um quilómetro dos aerogeradores e das linhas aéreas que eles construíram para, obviamente, evacuar a energia do parque eólico. Foi considerado, nessa altura, pelo ICNF que um quilómetro seria suficiente, baseado no facto de que a águia-de-bonelli se comporta relativamente bem em parques eólicos, e isso foi inclusivamente colocado no parecer que o ICNF fez em relação ao nosso parque eólico, que realmente a águia-de-bonelli convive bem com parques eólicos, isto é, não há registos de águias-de-bonelli morrerem devido à presença do parque eólico, ou de embaterem contra as pás, ou contra os aerogeradores – não existe registo disso. Aqui perto, no Parque Eólico de Bornes, o ICNF deixou que aerogeradores fossem colocados a setecentos metros de ninhos de águia-real e de abutres – não há tantas águias-de-bonelli ali, mas há, digamos assim, águias-reais, que está bastante perto, está a cerca de dois quilómetros do Parque de Bornes, e a linha que passa, que inclusivamente atravessa as zonas protegidas para fazer a ligação. Nesse parque, o ICNF considerou que setecentos metros era perfeitamente aceitável, e que apesar de terem sido identificadas cinquenta e cinco espécies, entre as quais oitenta e sete por cento (87%) dessas espécies nidificam dentro da zona do parque eólico – isto é, agarrado ao parque eólico – que é completamente diferente e díspar do que se passa aqui, porque embora nós tenhamos identificado, sem dúvida, várias espécies que utilizam a área de forma esporádica, nidificando só encontrámos uma espécie, que foi, sem dúvida, a águia-de-bonelli. No Parque de Bornes, a situação, digamos assim, em termos de aves planadoras – que são as águias, tanto a real, como a de bonelli, como os abutres, temos várias que são consideradas aves planadoras – elas nidificam dentro da área do parque eólico, e algumas delas, alguns desses ninhos estão a setecentos metros. Isto é, aqui nesta zona vamos precisar de cinco quilómetros de distância dos potenciais ninhos – que nem sequer são ninhos que estão ocupados, mas potenciais ninhos – cinco quilómetros de distância, e em Bornes, que é a poucos quilómetros de distância, estão a setecentos metros. Quando questionados, eles nunca respondem, ou dizem que são situações diferentes. Eu considero que, sem dúvida, os animais não são diferentes: são a mesma espécie e são os mesmos animais, o comportamento deles não é diferente, uns não se assustam mais do que os outros. Por isso, é algo que consideramos estranho, a forma como eles adotam a sua posição em relação a objeções que têm em relação ao parque eólico aqui.-----

Tenho a dizer que, obviamente, os pareceres que recebemos da Universidade do Minho e de uma empresa especializada em aves planadoras demonstram claramente que não há questão nenhuma em relação a fatores ambientais aqui, e que estes podem ser perfeitamente minimizados, e do nosso lado houve sempre uma abertura, durante todo o processo, de encontrarmos soluções que possam inclusivamente minorar e minimizar mesmo as posições

que eles possam ter, mas, obviamente, para isso necessitamos que do lado deles haja abertura para o fazer, e que haja abertura para dialogar. Sem diálogo, é difícil chegar-se a qualquer solução que realmente possibilite a construção do parque e a preservação de quaisquer valores naturais que possam aqui existir.-----

Em relação a algo que também tem sido utilizado muito como escudo, que é o impacto visual do parque eólico, eu gostava de salientar apenas duas ou três coisas. O layout B, como foi já referido, recebeu parecer favorável das entidades, tanto do património, como da CCDR, que são quem tem responsabilidades, digamos assim, por avaliar esse mesmo impacto. No entanto, nós, em audiência prévia, o que sugerimos foi remover seis aerogeradores, que foram removidos principalmente para, digamos assim, ir ao encontro das preocupações do ICNF, mas ao mesmo tempo, ao eliminar esses seis aerogeradores, que eram aerogeradores que estavam mais na zona sul, e que eram os únicos que eram parcialmente vistos a partir de determinados pontos o Rio Douro – e de salientar que durante o processo de estudo de impacto ambiental, nós acordámos com as entidades cento e vinte pontos sensíveis, a partir do Rio Douro, e a partir do ADV, digamos assim, que eles consideravam como sensíveis, e dessa avaliação, depois, no final, conclui-se que havia apenas um local de onde era possível visualizar mais de doze aerogeradores, que era a partir do Pocinho – há ali uma quinta na parte norte, já dentro do Pocinho, e em que realmente se conseguia ver os aerogeradores, os mais próximos estavam a cerca de sete quilómetros; os mais distantes, que têm uma capacidade de visualização sobre toda a cumeada, conseguiam ver, obviamente, a cerca de doze, catorze, quinze quilómetros de distância – quando digo “ver a catorze quilómetros de distância”, conseguimos ver um aerogerador deste tamanho, mas pronto. Em termos de puro visual, sem dúvida que se podia visualizar, mas era o único local onde realmente se via. Todos os outros locais – havia duas ou três quintas de onde era possível ver parcialmente um ou dois aerogeradores – quando eu digo “parcialmente”, estamos a falar de ver parte das pás, ou algo assim. Quando nós fizemos a nossa proposta de eliminar seis aerogeradores, em audiência prévia, inclusivamente esses locais deixaram de ter qualquer visibilidade sobre o parque eólico. Por isso, desses cento e vinte pontos, o único que realmente se mantinha continuava a ser a quinta no Pocinho, mas deixaram de poder ver os aerogeradores que estavam a seis quilómetros de distância, e só conseguiam ver os aerogeradores a doze quilómetros, ou mais, de distância. No entanto, essa quinta olha, obviamente, cá para baixo, para a barragem, e o impacto visual que existe ali já é significativo.-----

Obviamente, o parque, em termos económicos, representa um investimento de cerca de noventa e dois milhões de euros (92.000.000€), do qual, neste momento, nós diríamos que será cem por cento (100%) de produção nacional, isto é, todos os aerogeradores são feitos em Portugal, toda a parte elétrica vem de Portugal, de fábricas portuguesas, e obviamente de

empreiteiros que são portugueses. E por isso, é uma incorporação nacional de cem por cento (100%), a qual só pode ser encontrada, digamos assim, no concurso A e B, proposto pela EDP – isto, obviamente, foi feito com a ANACOM, com o fabricante da ANACOM, que fabricava em Viena. Neste caso, nós estamos a falar de um outro fabricante, que tem uma fábrica em Portugal, e que fabrica todos os aerogeradores em Portugal. Por isso, estamos a falar de cem por cento (100%) de produção nacional, o que é relevante para este tipo de investimento. -----

Obviamente, em relação ao município, existia um contrato de contrapartidas que se mantém, de três milhões, setecentos e cinquenta (3.750.000€), pagos aquando do início da operação do parque eólico, e os dois e meio por cento (2,5%) a faturação, que representam, em números redondos, à volta de trezentos e cinquenta mil euros (350.000€) por ano e valor. -----

Obviamente que nós consideramos que isto é um projeto importante para a economia local, e inclusivamente para a economia nacional, especialmente olhando para o Orçamento de Estado que é muito baseado, obviamente, no crescimento económico. Este, sem dúvida, é um projeto que traria noventa e dois milhões de euros (92.000.000€) de investimento estrangeiro para ser gasto na economia portuguesa, gerando postos de emprego e gerando, obviamente, riqueza e impostos a nível nacional, se conseguirmos uma decisão, e chegar a um acordo que viabilize este projeto, ainda este ano – e por isso, durante 2016.-----

Obviamente, como foi já dito, o projeto faz parte do Programa Nacional para Quioto, e por isso é mais uma razão pela qual nós vemos que o projeto deveria ser aprovado, e não estar, digamos assim, na posição em que se encontra neste momento. -----

Este é o historial do projeto, eu penso que mais ou menos toda a gente o conhece. Se houver depois, no final, algumas questões, eu deixaria para o final algumas questões que possam ter, relacionadas com o historial do projeto. -----

Isto é o que nós já falámos, obviamente, mas salientar que o projeto não está em nenhuma área protegida, e por isso é completamente incompreensível a posição que foi tomada pelo ICNF, uma vez que eles aprovaram, ao longo dos últimos anos – e especialmente nos últimos anos – vários projetos em espaços protegidos em Portugal, nomeadamente na Malcata, na Serra do Gerês, e outros sítios. -----

Estes foram os pareceres que foram recebidos, a CCDR e a Direção do Património foram favoráveis ao layout B; o ICNF foi a única entidade que se demonstrou contra o projeto. -----

O racional, eu já falei. Isto basicamente foram as nossas mitigações, que nós propusemos aquando da audiência prévia, no qual eles falavam que nós íamos afetar o habitat comunitário noventa e cinco, sessenta, que basicamente significa que nós íamos cortar azinheiras e carvalhais, quando na realidade a nossa proposta previa – porque as zonas que estão identificadas não são muito volumosas, e por isso nós propúnhamos, basicamente, cortar cerca de oito azinheiras, mas íamos plantar dezasseis azinheiras na mesma zona. É algo que o

ICNF, em todos os parques eólicos – aliás, há alguns casos em particular em tribunal, mas pronto, em todos os casos em que existe a necessidade de corte de azinheiras e carvalhais, nomeadamente em relação à construção de linhas aéreas e tudo isso, o ICNF tem uma regra, que é que se replanta na proporção de um ponto vinte e cinco. Nós propusemos que plantávamos na proporção de dois – cada um que cortávamos, plantávamos dois no seu lugar. No entanto, o ICNF, neste caso, resolveu que isto não era suficiente, e que aquilo que eles aplicaram a todos os outros parques eólicos, e que está escrito inclusivamente no acordo que eles têm com a REN e com a EDP, que se replanta um ponto vinte e cinco, não se pode aplicar aqui. Por isso, nós, o que fizemos, dissemos: “Ok. Então, meus senhores, nesse caso, nós retiramos esse aerogerador, e nem sequer lá tocamos.” E se nem lá tocamos, nunca podemos afetar esse habitat. O ICNF depois, na sua resposta, veio dizer que pode ser que na estrada nós tenhamos que cortar uma ou outra azinheira; mas, isso não é um habitat, uma ou outra azinheira independente, aqui e ali, não é necessariamente um habitat. Um habitat é uma mancha florestal de uma espécie que exista. Depois, vieram também dizer, como justificação – e nem sequer tinha qualquer relação com isto, mas pronto, até achei alguma piada na altura; o que eles vieram dizer foi que nós, ao propormos abrir os caminhos, alargar os caminhos e refazermos muros, íamos descaracterizar os caminhos atuais, e que a população local, que neste momento já utiliza os caminhos atuais, digamos assim, sem problema algum, para ir trabalhar a terra – eles não devem ter realmente andado por ali, ou quando andaram, não devem ter percebido que a maior parte daquela zona está abandonada – mas que os proprietários, durante esse período da construção, iam sentir que poderiam abandonar as terras, porque nós íamos estar a alargar os caminhos durante esse período, e que durante esses meses, as pessoas podiam deixar de se interessar pelas terras. Quer dizer, para já nem sequer sei por que é que faz parte do ICNF fazer esse tipo de comentários, mas pronto, o comentário para mim não tem qualquer lógica, mas pronto.-----

Em relação aos morcegos, nós identificámos, sem dúvida, nove espécies, das quais duas são protegidas, mas as duas espécies que são protegidas não são afetadas por aerogeradores. Há umas que potencialmente podem ser afetadas, de outros morcegos, e há outras que não. Das duas protegidas que foram identificadas, nenhuma dessas duas protegidas é afetada por aerogeradores. No entanto, nós inclusivamente colocámos como medida de mitigação algo que o ICNF também propôs, mas que no seu parecer diz que não ia, digamos assim, avançar com ela, porque considerava que a mesma não era economicamente viável para nós, como promotores, o que, digamos assim, não faz sentido nenhum. Quando nós dissemos: “Não, senhor, nós preocupamo-nos com a parte económica, nós implementamos”, então eles vieram dizer que consideravam que tecnicamente não seria fácil de implementar essa mitigação, quando essa mitigação está implementada, há já mais de cinco anos, por todos os fabricantes

de aerogeradores em Portugal, em todos os parques eólicos, e por todos os promotores em Portugal. Aliás, todos os parques eólicos que têm morcegos, ou que têm afetação a morcegos, implementam esta mitigação há mais de cinco anos sem uma única morte de morcegos em todos os estudos que o próprio ICNF fez durante os últimos cinco anos. Quer dizer, desde que a medida foi implementada, não houve mais mortalidade nenhuma de morcegos nos parques eólicos. No entanto, eles aqui agora consideram que não é tecnicamente fácil de implementar, quando o mesmo fabricante – eles é que tinham de questionar a nós, como promotores, a nossa capacidade técnica de implementar (o que é ridículo, mas poderiam fazer). No entanto, isto é implementado pelo fabricante do aerogerador, e o fabricante do aerogerador que nós estamos a propor (dos dois que nós propusemos), ambos têm parques eólicos em Portugal a funcionar com esta medida de mitigação implementada.-----

Em relação às aves, nós já tivemos uma grande discussão em relação ao tema. Eu penso que a posição que eles tomaram é uma posição que, para nós, não faz sentido, uma vez que nós mantemos todas as regras que foram aplicadas noutros parques eólicos, e que são aplicadas como princípio – isto é, mantemos os dois quilómetros de qualquer ninho, e inclusivamente de potenciais ninhos, mantemos os dois quilómetros; inclusivamente ao retirarmos certas e determinadas máquinas, aumentámos ainda mais essa distância para os ninhos que existem realmente, de águia-de-bonelli, aumentámos essa distância para mais de três quilómetros, muito mais do que aquilo que está. No entanto, os cinco quilómetros, que nunca foram implementados em Portugal, e que eles encontraram num estudo espanhol, que também nunca foi implementado, e esse estudo inclusivamente – eles mencionam isso, porque pensam que isso também poderá ajudá-los – esse estudo dizia que do abutre do Egito, que é uma ave que migra, que não devia haver parques eólicos num raio de cinquenta quilómetros. Isso foi um estudo que foi feito em Espanha, que nunca foi implementado em nenhum parque eólico em Espanha – portanto, é uma opinião de um técnico, que diz que se devia deixar cinquenta quilómetros. Obviamente que se nós aplicarmos um raio de cinquenta quilómetros – basicamente o abutre do Egito existe aqui na zona, existe no Douro Internacional, no Parque Natural do Douro Internacional, e existe logo a norte do Sabor – se nós aplicássemos cinquenta quilómetros, ou aliás, em Portugal, se nós aplicássemos essa regra de cinquenta quilómetros em todo o sítio onde existe o abutre do Egito, que se expande, digamos assim, desde o Algarve até aqui a Trás-os-Montes, se pusermos raios de cinquenta quilómetros, eliminamos basicamente o país todo, fica o país praticamente todo eliminado de parques eólicos. Obviamente, não faz sentido nenhum, inclusivamente os cinco quilómetros não fazem sentido nenhum, porque a prática diz que as aves, inclusivamente com distâncias inferiores a dois quilómetros, as aves estão a coabitar sem problema nenhum com os parques eólicos, e

por isso não há, digamos assim, razão nenhuma. No entanto, nós mantínhamos os dois quilómetros, e aumentámos os dois quilómetros.-----

Em conclusão, nós não vemos, realmente, que exista qualquer razão técnica que não seja mitigável, e que não possamos, digamos assim, chegar a um acordo viável; no entanto, como disse, precisamos que do lado deles exista abertura para dialogar e chegar a essa conclusão.--

Isto é o estudo em que eles se basearam, de 2003-2006, em que o ICNF se baseou para identificar os prováveis ninhos – não os que existem mesmo, mas os prováveis – e isto é, digamos assim, o resultado dos ninhos: como podem constatar, ali um dos ninhos é na Vilariga, o outro é em Carrazeda, e há aqui outro mais abaixo, que está do outro lado do rio. Mas, como podem constatar aí, os animais desapareceram e foram para outros locais do país, e obviamente Espanha, o que demonstra que o habitat não é tão rico, porque se fosse um habitat muito rico, os animais ficavam ali naquela zona. Se houvesse muita comida, se houvesse muita forma de eles viverem ali, as aves não escolheriam, digamos assim, viajar para o norte de Espanha, ou para o sul de Portugal, ou para o centro de Portugal, se isso fosse realidade. -----

Este mostra os parques eólicos e as zonas protegidas. Como podem ver aqui, existem muitos parques eólicos lá dentro. Este é o de Bornes, que está junto às áreas protegidas. Este é o que existe aqui, e este é o aerogerador. Mas, como podem ver, existem muitos aerogeradores e muitos parques eólicos, e inclusivamente até em zona protegida, como podem ver, existem parques eólicos bastante juntos ao ADV. No entanto, nós não estávamos a propor sequer que isso fosse realidade. -----

Este é o Parque Eólico de Malhanito, que eu mencionei também, no qual existem vários ninhos muito perto dos aerogeradores, e as linhas também atravessam, e é, digamos assim, uma zona em que o bufo-real e a águia-de-bonelli são, digamos assim, os principais animais que vivem aí. -----

Não vos tiraria muito mais tempo. Se houver questões, talvez fosse melhor haver mais interação, talvez.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado. Com certeza que haverá questões, suponho eu. Sr. Deputado António Lopes faça favor.-----

-----**O Deputado António Lopes:** Muito obrigado pela sua exposição. -----

Eu queria dizer qualquer coisa, mas nem sei muito bem o que hei de dizer, porque questões técnicas, obviamente que não as sei discutir, e se calhar faltaria aqui o ICNF para nos ajudar, e para nos contrapor às exposições, porque com a explicação que nos deu, quer dizer, todas as mitigações foram aceites, tudo estava conforme as regras previstas, e chegamos a esta conclusão, que efetivamente parece que não será aprovado o projeto, quando nos parece a

nós, deputados, e a nós que defendemos as nossas terras, que poderia ser uma mais-valia aqui para a zona, e mais um elemento económico para a valorização das nossas terras. De forma que fico até – a palavra que escrevi aqui, recebo isto com alguma indignação. Aquilo que eu vou dizer, não sei se será muito correto, mas todos nós sabemos que as espécies também se adaptam às novas condições, e foi assim que conseguiram sobreviver ao longo de toda a evolução. Sendo tudo isso tão ajustável – considerando que até os aspetos dos combustíveis fósseis têm os dias contados; quer queiramos, quer não, o caminho há de ser, com certeza, este – fico sem perceber o porquê, as razões – se é que há alguma razão, tem que haver razões – para que este projeto não seja aprovado. -----

E não sei dizer mais nada. Reafirmo a minha indignação perante os factos que nos foram aqui apresentados, e perante a exposição que o Sr. Engenheiro nos trouxe aqui. Muito obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Deputado Luís João, faça favor.-----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Obrigado, Sr. Engenheiro, por ter vindo. Esta Assembleia, há mais ou menos dez meses, decidiu que o projeto Island é um projeto de interesse municipal. Era o que poderíamos nós, Assembleia, fazer de forma a promover o vosso projeto. Na altura, eu, pessoalmente, abstive-me porque tinha algumas reticências, em especial a parte de impacto visual do Alto Douro Vinhateiro, e também as distâncias às populações. Fui estudar o caso, e pareceu-me logo que a Island estava de boa vontade neste projeto; logo em audiência prévia, consegui propor soluções para os problemas apresentados. Pergunto-lhe, então, se tem uma ideia de qual é a razão por que a posição do ICNF é definitiva, e não entra em diálogo. Além disso, pergunto-lhe se sente uma diferenciação entre si e os outros promotores com o ICNF, e se tem também alguma ideia do porquê dessa diferenciação.-----

Também lhe queria perguntar como é que é possível que guardem mais distância a ninhos de águias do que se guarda à população local. -----

E a última questão é: inicialmente eram trinta aerogeradores, para cinquenta megawatts, já tirou seis, pelo que nos deu a entender, e a minha pergunta é qual é o limite de retirada de aerogeradores que permita ainda a viabilidade económica do seu projeto. Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Alves Salema.-----

-----**O Deputado António Alves Salema:** É rápido e muito simples: eu preocupo-me com as populações. Eu queria saber, da parte do Sr. Engenheiro, se as populações não são afetadas pelo ruído dos aerogeradores. Aí é que eu me preocupo. Visual, já nos deu a explicação que não; agora, preocupo-me, e queria ficar descansado, de que no futuro as populações não têm

qualquer problema no ruído que as torres vão provocar, porque eu, à noite, no Carvalhal – é certo que estou muito perto, mas há alguma interferência nessas torres, de barulhos. Gostaria de ouvir do Sr. Engenheiro a sua posição.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Eu gostaria de fazer algumas questões, porque, como devem ter percebido, li todo o estudo de impacto ambiental, toda a documentação, e consultei algumas pessoas, que me pareceram importantes para o processo. Um deles foi o Sr. Prof. Adriano Vasco Rodrigues – que todos conhecem, que é genro daquele que foi um dos maiores comerciantes de amêndoa na região – e que me referiu muita preocupação sobre um facto que eu não consegui infirmar, nem afirmar, mas trago aqui essa dúvida, que ele me pediu para trazer essa dúvida à Assembleia, sobre a perturbação que os aerogeradores possam ter na polinização da amêndoa. Segundo ele, haverá já preocupações desse género na Califórnia, que é, como sabem, o maior produtor de amêndoa do mundo.-----

Diz na sua apresentação, e na contestação também, que o projeto está de acordo com todas as recomendações do ICOMOS. Contudo, a Sra. Dra. Maria Batista Ramalho, Presidente do ICOMOS – Portugal, diz que o projeto é um prejuízo grave para a zona de proteção do Alto Douro Vinhateiro. Também recebi um e-mail do Sr. Dr. José Miguel Correia Noras, dizendo que a implementação deste projeto contraria os princípios da Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico, a que Moncorvo pertence. -----

E eu retomo parte da pergunta que foi feita pelo Sr. Deputado Luís João: efetivamente, o projeto é de noventa e dois milhões de euros (92.000.000€), tem uma contrapartida para a Câmara Municipal, obviamente que estes projetos têm que ter uma rentabilidade, como é óbvio, as empresas não têm de ser caritativas, têm o seu objetivo, e que é legítimo; contudo, a supressão de seis aerogeradores e uma modificação de vários deles, qual o impacto que isso tem para a rentabilidade do projeto, e qual o impacto que isso eventualmente possa ter para aquilo que é o rendimento que estava atribuído à Câmara Municipal. Da minha parte, é tudo.----

-----**Eng.º Paulo Amante:** Ora bem, eu vou tentar pegar nos vários tópicos e várias perguntas.-----

Em relação à questão do ICNF e a sua oposição, eu não posso responder porque, digamos assim, posso ter as minhas ideias, as minhas especulações, mas não tenho factos concretos, por que é que eles decidiram, ao fim de dois anos que nós levámos a fazer o estudo de impacto ambiental – e eu gostaria de salientar o facto de nós termos levado dois anos a fazer o estudo de impacto ambiental, porque nós fizemos um ano só de estudos, e depois um ano de preparação do mesmo estudo de impacto ambiental. É único em Portugal, nenhum parque eólico em Portugal teve um ano de preparação antes de estudos no terreno, antes de ser

preparado o estudo de impacto ambiental. Tipicamente, em Portugal, o que é feito é um estudo baseado em bibliografia e estudos existentes para a zona, e depois, em fase de “recap”, que é a segunda fase do processo, que é, digamos assim, já quase durante a construção do projeto, são então acertados potenciais problemas que possam vir a existir, sejam eles de ruído, sejam eles de aves, por exemplo – por isso é que há muitos parques que têm ninhos de aves a setecentos metros, porque basicamente depois o promotor diz: “Eu já não posso mudar aqui os aerogeradores, porque é o único sítio onde eu posso construir.” E depois as autoridades dizem: “Ok, está bem, então a gente aceita aqui, tentem mudar ali...” Pronto, a fase de “recap” é uma fase, digamos assim, em que o projeto está aprovado, o promotor basicamente avança com o projeto, e obviamente, tipicamente, é durante a fase de “recap” que aparecem problemas, e se identificam realmente problemas, e tenta-se depois mitigar, numa fase em que já é difícil, por vezes, aplicar mitigações a cem por cento (100%).-----

Eu, pessoalmente, venho de uma experiência anglo-saxónica, neste caso, obviamente de desenvolver parques, que eu estou neste negócio há mais de quinze anos, a fazer engenharia, e obviamente com responsabilidades pelo desenvolvimento de parques, mas, digamos assim, a minha experiência é mais anglo-saxónica. Na Irlanda, no Reino Unido, o processo de avaliação ambiental é diferente daquilo que se faz em Portugal, e do que se faz em Espanha, ou o que se faz em França, são filosofias um bocadinho diferentes. Não quer dizer que uma esteja errada, e outra esteja correta; eu, por acaso, prefiro aquela a que estou habituado. Por quê? Porque eu posso, ao fazer os estudos todos, durante um ano, e embora seja muito mais caro o desenvolvimento – é muito, muito mais caro, quadruplica o custo de desenvolvimento; nós gastámos mais de um milhão de euros (1.000.000€) a desenvolver o parque – mas permite-nos, quando chegamos à fase, digamos assim, de entregar um projeto, entregar um projeto que já tem as mitigações todas, e que tem uma base fiável de estudo, nomeadamente em relação, por exemplo, ao impacto sonoro. O impacto sonoro é, digamos assim, algo que tem muitas componentes para se analisar: a direção do vento, inclusivamente a pressão atmosférica, existe uma quantidade de componentes que, digamos assim, afetam a parte sonora de um aerogerador, e o impacto que um aerogerador, ou mais aerogeradores juntos possam ter. Existe, no entanto – e é um estudo extremamente caro, custou-nos praticamente duzentos mil euros (200.000€) só fazer esse estudo, e tipicamente os promotores só o fazem, em Portugal, depois de terem o dinheiro na mão, porque têm a garantia de que o projeto está aprovado, e depois logo vão fazer o estudo, e depois logo se vê como é que se resolve se existir algum problema. E depois, obviamente, com mais ou menos escrúpulos, a coisa resolve-se. No entanto, nós fizemos ao contrário, e nós fizemos o estudo muito pormenorizado, no qual pusemos microfones, fizemos uma base de som – isto é, fizemos, realmente, a avaliação de base de som que existe, isto é, qual é o background, qual é o ruído de fundo que existe na

zona, e fizemo-lo, obviamente, através da colocação de microfones em vários locais – e depois, obviamente, fizemos uns layouts, e depois adaptámos esses layouts de forma a que não só a Legislação Portuguesa fosse respeitada, mas inclusivamente nós aplicámos em cima disso, digamos assim, uma distância mínima também dos aerogeradores. Tipicamente, a Legislação Portuguesa, o que diz é que o ruído de fundo, em qualquer casa, basicamente tem que ser quarenta decibéis, e os aerogeradores têm que manter uma distância mínima de duzentos e cinquenta metros. Por quê os duzentos e cinquenta metros? Porque em noventa por cento (90%) dos casos, duzentos e cinquenta metros é suficiente para garantir, dentro de uma casa, por exemplo, os quarenta decibéis. Para as pessoas perceberem o que são quarenta decibéis, é uma conversa entre duas pessoas à mesa, uma conversa normal, sem gritaria, são quarenta decibéis. Nós aplicámos quarenta e cinco como valor base, para termos uma margem de segurança, aplicámos quarenta e cinco e mantivemos uma distância de cerca de setecentos e cinquenta metros de qualquer núcleo populacional, ou de qualquer habitação. Foi, digamos assim, aquilo que fizemos. -----

O único ponto onde nós encontrámos um potencial problema foi na Lousa, lá em cima na Igreja, no qual numa determinada direção do vento, e em determinadas condições atmosféricas, e à noite, potencialmente o nível de ruído ficava no limite do aceitável. Mas, estamos a falar de uma capela que está desocupada, não está ninguém a dormir durante a noite, pelo menos que eu saiba. Por isso, é um local de culto, tipicamente de romaria, que, obviamente, quando há romaria, o nível de ruído será muito mais elevado do que possa existir, e tipicamente a romaria não será à noite. Mas, pronto, foi o único. -----

No entanto, respeitamos a Lei Portuguesa. O que é que nós poderíamos propor caso houvesse algum problema nesse ponto específico? Seria que durante essas condições atmosféricas, com determinada direção do vento, há uma máquina que nós desligaríamos – isto é, parávamos a máquina, e obviamente, quando está parada não cria barulho. Obviamente, os aerogeradores são equipamentos mecânicos, têm uma caixa de velocidades lá dentro, têm um gerador lá em cima. Por vezes existem avarias nesses equipamentos, e tipicamente é a mesma coisa que uma pessoa ter um carro, e a caixa de velocidades está avariada, faz um barulho. Tipicamente, é reparado rapidamente. Por isso, pode haver algum barulho; a máquina, se fizer barulho, faz barulho durante umas horas, e automaticamente fica parada. Por isso, a pessoa pode ouvir. -----

O que eu posso dizer é que, por exemplo, determinados parques eólicos e determinados promotores não tomam este tipo de cuidado, não fazem este tipo de estudos. Por quê? Quando é que, tipicamente, se pode ouvir aerogeradores? Normalmente é quando há baixas pressões – isto é, o ar é mais denso – e tipicamente isso acontece durante a noite ou quando há tempestades. Quando há uma tempestade (é um tipo de baixa pressão atmosférica), o vento, o

próprio barulho do vento é muito mais elevado, porque, obviamente, passa por árvores, passa por casas, e as pessoas ouvem. Daí que muitos promotores dizem: “Ok, mas isso, em termos de Lei, cumpre sempre a Lei”, porque o ruído de base elevou-se; como se elevou, é natural que haja mais barulho por parte dos aerogeradores. Nós não tomamos esse tipo de visão; a nossa visão é: na pior condição, nós respeitamos os limites. Isto é, nós fizemos as simulações na base de que quando – obviamente, pegámos nos dias, e como fizemos as medições durante vários meses, nós temos dados de alta pressão, baixa pressão, e daí que nós tenhamos feito o estudo e tomado em consideração essa situação.-----

Quanto à questão de por que é que o ICNF mantém dois quilómetros para as aves, e para casas a Lei diz duzentos e cinquenta metros: basicamente, o potencial risco das aves é que as aves vão voar, e potencialmente vão voar contra os aerogeradores; as pessoas, é mais difícil voarem contra os aerogeradores, porque duvido que alguma consiga ser atirada a duzentos e cinquenta metros. Mas, eu penso que a distância mínima de setecentos e cinquenta metros é razoável, isto é, em relação àquilo que a Lei diz, e que potencialmente afeta pessoas, é algo que é chamado de “flicker”, que é a sombra do aerogerador a passar numa casa, por exemplo, ou num jardim, e obviamente esse movimento rotativo, que é constante e rítmico, obviamente causa problemas à pessoa, não há dúvida nenhuma. Por isso, o “flicker” é algo que se tem que tomar em atenção. A Lei dos duzentos e cinquenta metros toma em consideração isso, isto é, a sombra do aerogerador tipicamente não é superior a duzentos e cinquenta metros, e por isso, manter os duzentos e cinquenta metros, manter-se essa distância mínima. O ruído também, tipicamente, duzentos e cinquenta metros, como já disse, tipicamente aplica-se na maior parte das situações (não em todas); os duzentos e cinquenta metros são suficientes para eliminar o ruído. No entanto, a Legislação é, digamos assim, feita generalista; há que, na nossa opinião, verificar caso a caso a situação, e daí que tenhamos olhado caso a caso a situação.-----

Em relação ao impacto visual, como disse, os pareceres iniciais da CCDR e do Instituto do Património foram favoráveis ao layout B, não quer dizer por isso que não houvesse, obviamente, algum impacto. Com a redução dos seis aerogeradores, esse impacto foi ainda mais reduzido, e por isso deverá ser tomado em consideração. A tecnologia, e nomeadamente durante o último ano, alterou alguma coisa. -----

Existe a possibilidade de nós removermos mais alguns aerogeradores; no entanto, tem que ser negociado, temos de, digamos assim, chegar a um acordo. Isso implica alguma perda de valor, tanto para nós, como para o município – conforme a percentagem, vai haver alguma perda de valor, que não será muito significativa, mas será alguma. E da nossa parte, existe disponibilidade. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Desculpe só interrompê-lo, é óbvio que vai haver perda de valor, porque há produção de menos energia, mas estou a falar do investimento inicial, se há também perda de valor relativamente a esse aspeto.-----

-----**Eng.º Paulo Amante:** Em termos do investimento inicial, não, é basicamente a mesma coisa, também anda nos noventa e dois milhões de euros (92.000.000€).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Quer o investimento da empresa, quer o retorno para o município.-----

-----**Eng.º Paulo Amante:** Exatamente. O que existe é uma menor produção, e obviamente existe uma perda de valor para o nosso lado, mas existe, obviamente, perda de valor, em termos do valor dos dois e meio por cento (2,5%), porque é uma percentagem, e por isso é menos. Se se produz menos energia, obviamente gera menos valor. No entanto, é algo que nós pensamos poder discutir na próxima semana com o Ministério, com os técnicos, e ver se isso tem pernas para andar.-----

Em termos de opiniões, obviamente o impacto visual é daquelas coisas que toda a gente tem uma opinião ligeiramente diferente. Em relação ao ICOMOS, devo dizer que nós respeitámos integralmente o ICOMOS, e aliás, isso era uma pré-condição para o estudo de impacto ambiental ser aceite pela APA, foi algo que foi uma pré-condição para eles aceitarem. Inclusivamente no projeto inicial, como, obviamente, as regras do ICOMOS ainda não estavam publicadas, não havia uma necessidade de nós seguirmos o ICOMOS; no entanto, nós resolvemos retirar o projeto, e repor o projeto novamente, até porque íamos também terminar alguns estudos que estávamos a fazer, e então decidimos, em conversação inclusivamente, na altura, com a atual Secretária de Estado, por e-mail, que nós, visto que o draft do documento estava em apreciação, ainda estava em consulta pública, do ICOMOS, nós iríamos usar esse documento como a base do nosso estudo de impacto ambiental, e íamos respeitar todas as regras que estavam nesse documento. E respeitámos integralmente, daí que obviamente o processo tenha sido aceite depois pela APA, e pela Comissão de Avaliação, e dado entrada nos serviços, e obviamente tendo seguido depois o processo de licenciamento.-----

Por isso, em termos de impacto visual, e se teve impacto sobre o ADV, penso que esse não é um problema, porque o único local, dos cento e vinte que foram considerados como sensíveis – e isso faz parte do ICOMOS, a identificação dos locais sensíveis por parte do ADV, porque obviamente é impossível fazer todos os pontos, e há muitas zonas do ADV que nem sequer são acessíveis à população; quer dizer, não faz sentido, digamos assim. “Aqui deste sítio consegue-se ver aquele aerogerador”, sim, mas neste sítio não há pessoas nem ninguém lá

vai. Por isso, foram identificados, e o que o ICOMOS faz é identificar locais sensíveis, e foram identificados cento e vinte. E desses cento e vinte, na configuração atual, como eu disse, apenas a quinta que está em cima do Pocinho, logo em cima do Pocinho, é o único local, devido à sua posição, quase ao mesmo nível a que está o outro lado do vale, em que se consegue ver, realmente, aerogeradores. Depois, em Torre de Moncorvo, obviamente, veem-se alguns aerogeradores, mas estão a uma distância considerável, a mais de dez quilómetros; e no Vale da Vilariça, obviamente que serão visíveis alguns aerogeradores, nomeadamente aqueles que estão no lado mais este do parque.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado.-----

-----**Eng.º Paulo Amante:** Ideia não tenho, quer dizer, isso é uma pergunta que tem que perguntar ao ICNF, por que é que, por exemplo, em Bornes, como eu expliquei, existe um parque eólico onde nidificam quarenta e sete espécies dentro do parque, e tem aerogeradores a setecentos metros de ninhos – e isto é o ICNF que o diz, não sou eu; quer dizer, não fui eu que andei lá a medir, literalmente é o que está no documento do ICNF em relação ao projeto – e por que é que nesse parque eólico o ICNF deu um parecer favorável, e aqui dá um parecer desfavorável, quando as aves são exatamente as mesmas, aqui existe um ninho, que se sabe realmente que existe, e que nós confirmámos isso, um outro potencial, de um casal de águia-de-bonelli, que em 2014, quando nós fizemos o estudo, não nidificou aí, e que em 2015 o ICNF diz que os viu a preparar o ninho, mas que não utilizou; e depois, os outros ninhos que não são ocupados desde 2006, por razões conhecidas – e não há aqui nada, o ICNF, os próprios dados do ICNF o demonstram – por que é que dois quilómetros não são suficientes. É a única coisa, mas é uma questão que eles têm que responder.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Estão a fazer-me sinal de que, efetivamente, não houve uma resposta em relação à questão da polinização da amêndoa, se há um estudo, se há alguma coisa sobre isso.-----

-----**Eng.º Paulo Amante:** Em relação à polinização da amêndoa: no entanto, o que eu conheço – porque eu fiz uns parques eólicos nos Estados Unidos também, e nomeadamente na Califórnia – o que eu conheço em relação ao parque eólico da Califórnia, que é um parque eólico que foi construído, se a memória não me falha, em 1981 ou 1982, e que é um parque eólico que foi construído com aerogeradores pequeninos, de cinquenta kilowatts, e cento e cinquenta kilowatts, e no qual, na altura, não havia, digamos assim, qualquer impacto ambiental quando foram construídos estes parques eólicos, que eram muito extensos – e que

já estão todos desativados, nenhum deles está em operação, foram todos desativados e substituídos por máquinas mais modernas – mas inclusivamente nesse parque eólico houve vários casos de mortalidade de águia-real, no qual inclusivamente hoje, quando se fazem estudos, esse parque eólico representa cerca de noventa por cento (90%) de toda a mortalidade de águia-real que existiu nos Estados Unidos, num parque eólico só. E tem características muito próprias: o parque eólico está a uma elevação relativamente baixa (são cerca de duzentos metros de altura), existe por baixo um vale enorme, e nesse vale existe, obviamente, muita laranja, muita amêndoa. E nessa altura, em relação à polinização, em relação às abelhas, as colmeias de abelhas estavam no parque eólico – estavam mesmo no parque eólico. E, obviamente, as abelhas sofrem perturbações, principalmente devido a poeiras, devido a eletromagnetismo dos cabos que estão no chão, e existiu, digamos assim, uma teoria de que o facto de as abelhas estarem a morrer poderia ser relacionado – era uma das hipóteses – poderia estar relacionado com o facto da existência do parque eólico. No entanto, as abelhas sofrem impactos ambientais, ou são suscetíveis a impactos ambientais muito diferentes, e à variação de muitas coisas. Por isso, era uma das hipóteses que foi estudada, nunca foi conclusivo em relação a isso, e não há, digamos assim, algo conclusivo que diga que as abelhas são afetadas por parques eólicos, ou inclusivamente por cabos, ou por eletromagnetismo. No entanto, de salientar que, obviamente, as abelhas trabalham de acordo com o magnetismo terrestre, e indo de um sítio para outro, qualquer interferência eletromagnética as pode afetar. De salientar que as abelhas voam relativamente baixo, esses aerogeradores estavam a uma altura máxima de trinta metros, estes aerogeradores de que nós estamos a falar aqui estão a uma altura de cento e vinte metros, por isso o equipamento eletromagnético que existe, que é o gerador, encontra-se a cento e vinte metros de altura. Este parque eólico é muito disperso, o outro é concentrado, os aerogeradores estavam todos juntinhos uns aos outros, daí que tenha criado um efeito de barreira às aves que nidificavam no parque eólico, e daí que tenha criado problemas à águia-real. No entanto, quando esse parque é eliminado, inclusivamente da estatística, a estatística demonstra que, realmente, os parques eólicos modernos não interferem com as aves.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Engenheiro. Antes de passarmos à votação, gostaria de pedir ao Sr. Presidente que faça uma intervenção, e se quiser partilhar connosco alguns dos contatos que tem tido ultimamente pela capital.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Então, só para vos dar conhecimento, tivemos uma reunião com a Sra. Secretária de Estado do Ordenamento, que era a responsável pela Missão Douro, e que na altura o Sr. Eng.º Paulo Amante não referiu, mas que não foi só o ICOMOS que foi

obrigatório este parque eólico cumprir, mas foi também uma coisa como nunca se viu. O PIOT, que era o que estava como documento centralizador do Alto Douro Vinhateiro, era o que estava em vigor, mas como estava a ser discutido o PIOTAV, antes de ser aprovado, todas as medidas de compensação que eram para o PIOTAV, este parque já teve que as cumprir, antes de estar aprovado. Isto foi único.-----

Dizer-vos também que não são só os noventa e dois milhões de euros (92.000.000€) desta construção; são também os seis milhões de euros (6.000.000€) que são distribuídos por cerca de quatrocentos proprietários. O Sr. Engenheiro, não sei se referiu isto (eu tive que sair), não sei se referiu, são seis milhões (6.000.000€) durante vinte anos para quatrocentos proprietários, sendo que estes seis milhões (6.000.000€) eram aumentados no layout A para novecentos e dezassete proprietários. O que estamos a falar, da diminuição dos aerogeradores para o Município de Torre de Moncorvo representa que os dois e meio por cento (2,5%) seriam trezentos e sessenta mil euros (360.000€) anuais; com a nova configuração do parque, serão duzentos e cinquenta e cinco mil euros (255.000€) anuais. Ou seja, temos aqui uma perda de cem mil euros (100.000€). Mas, mesmo assim, nós aceitamos isso. -----

A informar também que a APREN, que é a Associação dos Parque Renováveis, não aceitou muito bem esta resolução do Ministério do Ambiente e do ICNF, porque põe em causa a grande parte e a grande maioria dos parques onde eles são promotores. Radicalizando isto, a maior parte tem de ser encerrada. Ou seja, se este promotor também quiser ir para as instâncias judiciais, muitos terão que ser encerrados. Mas, o mais preocupante não é isso; o mais preocupante é que a Sra. Secretária de Estado primeiro estava irredutível; depois dá uma conferência de imprensa a dizer que era possível rever a situação; e na reunião com os autarcas propõe uma realocização, curiosamente que a realocização é para um parque já existente, que é o Parque de Bornes, com todas as características que aqui foram enunciadas. O Sr. Ministro Adjunto do Sr. Primeiro Ministro é completamente favorável a este parque, ele próprio afirmou, diz que não tem a tutela, mas que é favorável. Ele próprio disse isto, que não se podia esquecer que ele era Secretário de Estado quando as torres de Troia vieram abaixo, e também teve o problema dos morcegos. E ele disse que ainda não se esqueceu do dinheiro que tiveram que gastar a mais na A24 para fazer uma passagem aérea para lobos, que ainda não passou lá nenhum – isto palavras textuais do Sr. Ministro. O Sr. Secretário de Estado do Ambiente – porque o Ministro assumiu desde logo que não ficaria com este dossier, assumiu perentoriamente; se o Secretário de Estado é que tinha decidido, o Secretário de Estado é que tinha de decidir agora. Ou seja, o mesmo que toma a decisão, em sede de recurso vai decidir também, que é uma coisa inacreditável, mas é assim. Esse está irredutível – não é com o parque; ele diz que este dossier, quando ele teve que decidir, já vinha com o parecer do ICNF, e portanto, que não ia contra os técnicos. É só por isto.-----

Dizer-vos também que o técnico que assinou isto é um técnico que é contra as barragens e contra os parques eólicos. Mas, numa reunião que tive com ele, de cerca de três horas e meia, em que estivemos a debater com vários técnicos, vim a saber uma coisa inacreditável: que quando as casas da Barragem de Picote foram a venda, ele e a família é que as compraram todas, porque tem uma vista deslumbrante. Bem, isto só para verem que há coisas aqui que não se percebem muito bem. Mas, para além disso – para além disso – quando perguntam, e perguntaram ao Sr. Eng.º Paulo Amante qual é o problema, o problema não existe; o problema é que os técnicos do ICNF olham para a nossa zona agora, e veem Torre de Moncorvo balizada entre Foz Coa e o Baixo Sabor. E estes são dois dossiers que continuam abertos na Unesco, e a Unesco serve para tudo. A Unesco serve para tudo. E portanto, o mais grave disto é que num célebre comunicado que a Quercus faz, e que vai despoletar todo este processo, o anterior Presidente da Quercus, em agosto, tem uma reunião em sede de Comissão Ambiental, e a proposta da Quercus é positiva. A proposta da Quercus a este parque é positiva. Eu tenho isso assinado pelo Prof. Francisco Ferreira. Deram parecer positivo. E qual é a estranheza dele? É quando, agora, depois da reunião da Direção da Quercus a dar o parecer positivo, apareça um parecer negativo, aparecer dez dias após o fecho da consulta pública. Bom, serão guerras entre ambientalistas, estou certo. Agora, o que é certo é que depois, nessa reunião de três horas e meia, a última questão era minha, e a pergunta que eu fiz foi esta: que condicionantes haveria neste parque se não existisse Foz Coa e Baixo Sabor. Para mim era óbvio: se é das aves, se é das azinheiras, se é do Alto Douro Vinhateiro, mantinham-se. A resposta foi esta: se não existisse Foz Coa nem Baixo Sabor, não havia condicionantes. O que quer dizer que isto é uma decisão para não se abrir outra porta na Unesco, como eles dizem, mas não é uma decisão técnica. -----

A Universidade do Minho dá um parecer em que diz assim: “Não podemos acreditar que pessoas competentes que fazem parte do ICNF tenham dado este tipo de parecer nesta fase do projeto.” Estamos a falar da Universidade do Minho, que é responsável, se calhar – o Sr. Engenheiro corrija-me – por oitenta por cento (80%), em termos de estudos científicos, dos parques em Portugal, e mesmo em Espanha. O que quer dizer que esta é uma decisão política. Quer queiramos, quer não, esta é uma decisão que só pode ser politicamente refeita, porque os técnicos da ICNF – e daí eu ter dito que havia algum revanchismo em relação ao Baixo Sabor – os técnicos do ICNF estão irredutíveis a alterar esta posição. Portanto, estamos na mão dos técnicos, porque os políticos também não querem ir contra esses técnicos. É basicamente isto.-----

Quanto à moção, eu estive com atenção a ler o que o Sr. Presidente da Assembleia escreveu, apoio, dou os parabéns. E dou também os parabéns ao promotor, porque antes de fazer qualquer tipo de reclamação, teve uma reunião preparatória com o Diretor do ICNF, e esse

Diretor – e eu só não nomeio o nome porque foi com o promotor – esse Diretor, eu estava presente nessa reunião, e veio dizer e provar que a parte das árvores não poderia ser uma condicionante. O que é curioso é que agora o chefe de serviço que assinou vem dizer que essa condicionante está ultrapassada. Não tinha tido oportunidade, Sr. Engenheiro, de dizer, que houve um lapso, a condicionante das azinheiras já não existe, porque as azinheiras têm de ser num quilómetro e meio, e têm de ser mais de dez adultas – ou seja, essa condicionante caiu por eles próprios, porque o Diretor de Serviço, felizmente, da parte do ICNF – Florestas não aceitava esse tipo de condicionante. -----

Neste momento, o que é que temos? Os morcegos, as vinte e quatro espécies – eu acho que nós devemos ser o concelho com mais espécies a nível mundial – e portanto, estaremos só com os morcegos e com a provável existência de aves. Mas, aproveito para dizer que essa parte dessa condicionante caiu. -----

Neste momento, apelo à Assembleia Municipal também que a moção que aqui seja aprovada pode ser a lida pelo Sr. Presidente da Assembleia, estamos a necessitar é que isto chegue o mais depressa possível a outras Assembleias Municipais, que nos possamos fazer ouvir, porque em relação à Câmara Municipal, temos o compromisso das dezanove Câmaras da CIMDouro, e das nove das Terras de Trás-os-Montes, de apoiar este projeto. Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Então, eu vou ler a moção:-----

-----**Moção**-----

*“Declaração de impacto ambiental – Parque Eólico de Torre de Moncorvo”-----  
“Atendendo ao que foi proferido pelo Sr. Secretário de Estado do Ambiente, decisão desfavorável para a instalação do Parque Eólico de Torre de Moncorvo, proponho que os órgãos executivo e deliberativo do Município de Torre de Moncorvo tomem posição sobre o assunto supra, por entender que a decisão ora proferida lesa gravemente o concelho, devendo ser revogada e substituída por outra que contemple a proteção ambiental com os investimentos a realizar.-----*

*Assim, o PETM não está incluído em nenhuma zona classificada pelo seu valor ecológico, Rede Natura 2000 ou área protegida, ou IBA – Important Bird Area, conforme parecer emitido pela SPEA, e dista mais de doze quilómetros da mais próxima, a vinte quilómetros do Douro Internacional. Encontra-se parcialmente dentro da zona especial de proteção do Alto Douro Vinhateiro, mas fora da área classificada. -----*

*O projeto é uma concertação de cinquenta megawatts do Estado Português nos Municípios de Torre de Moncorvo e Carrazeda de Ansiães, tendo por objetivo atingir as metas energéticas e ambientais assumidas no Protocolo de Quioto, e mais recentemente na Conferência de Paris.--*

*O investimento é de noventa e dois milhões de euros (92.000.000€), com financiamento garantido pelos investidores, e com contrapartidas importantes para o município, na ordem dos três milhões, setecentos e cinquenta mil euros (3.750.000€) de contrapartidas regionais com a entrada em funcionamento do parque, e uma renda anual de dois e meio por cento (2,5%) sobre a produção – investimento estrangeiro garantido e aplicado numa região que passou a designar-se de baixa densidade, designação que permitia aos territórios aí inseridos poderem beneficiar de algumas regalias, bem como criar condições mais vantajosas para os investidores que aí quisessem investir. -----*

*Decisões como esta sobre o PETM, uma concessão do Estado Português, reflete uma política zigzagante, onde instituições e técnicos fazem tábua rasa dos propósitos definidos pelo próprio Estado. Acresce que o impacto social esperado para muitas famílias, a maioria reformados com magras reformas, tem um expectável acréscimo no seu rendimento com o pagamento de rendas e/ou aquisição de terrenos, numa zona onde, infelizmente, a agricultura está a desaparecer e os solos são áreas com afloramentos rochosos de grande dimensão.-----*

*O PETM recebeu pareceres favoráveis de todos os membros da Comissão de Avaliação, incluindo da CCDRN, responsável pelo impacto sobre o Alto Douro Vinhateiro, com a exceção do ICNF, que invocou outras razões para tal. O impacto visual sobre o ADV foi desde o primeiro momento a principal preocupação da Comissão de Avaliação, e foi mitigado pelo promotor, sendo apenas visível em maior extensão na zona do Pocinho, a mais de doze quilómetros de distância, não sendo visível do Rio Douro. De três quintas vinhateiras ou locais visualmente sensíveis, apenas se podem ver parcialmente dois a três aerogeradores.-----*

*O que hoje se procura proteger do homem foi por ele construído, nomeadamente os socalcos, e se não fosse a intervenção do homem, não existiria paisagem para proteger, pois foi o seu esforço, a sua dedicação em moldar o terreno, o suor e as lágrimas de várias gerações que criaram o Douro, como bem define Miguel Torga. Como refere o promotor, o ICNF, para justificar as suas objeções em termos de avifauna, sugeriu criar uma zona de exclusão de cinquenta quilómetros, baseada num estudo espanhol de 2011, e nunca aplicado em Portugal ou no Reino de Espanha, em torno da zona de proteção de aves do Douro Internacional, que dista mais de vinte quilómetros do Parque Eólico de Torre de Moncorvo, algo inédito em Portugal, e que a ser aplicado, cria sérios problemas ao desenvolvimento futuro de parques eólicos em Portugal, e em particular no Distrito de Bragança e na região de Trás-os-Montes. Tal proteção visa proteger – perdoe-se a redundância – segundo o parecer do ICNF que motivou a decisão desfavorável, o impacto direto sobre aves de rapina ameaçadas, com afetação do território destas, risco de colisão com aerogeradores e com as linhas elétricas, nomeadamente as de casais de águia-de-bonelli, uma casal provável de águia-real, três casais prováveis de águia-cobreira, um casal provável de águia-calçada, um casal provável de*

*tartaranhão-caçador, um casal provável de peneireiro-cinzento, e um casal provável de açor, espécies incluídas no Anexo I da diretiva das aves, com exceção do açor (negrito nosso). -----*

*Das prováveis existências, como se depreende do parecer, apenas surge uma certeza: a águia-de-bonelli, a qual existe em vários parques eólicos de Portugal, nomeadamente na Serra do Caldeirão, com a maior comunidade da espécie em Portugal, encontrando-se os quatro parques eólicos aí existentes a menos de um quilómetro da zona especial de proteção. De salientar que a convivência entre aves de rapina em Portugal com parques eólicos sempre foi e continua a ser positiva, não existindo registos de afetações negativas sobre os habitats das aves de rapina existentes em Portugal. -----*

*A afetação da pequena comunidade de morcegos, como refere o promotor no seu estudo, é mitigável com a proposta do ICNF, a qual é implementada em todos os parques eólicos em Portugal, em comunidades de morcegos, mas que o ICNF vem afirmar que neste caso em particular é de difícil implementação técnica e economicamente inviável, o que não corresponde à verdade. O ICNF foi igualmente a única entidade a dar parecer favorável quanto ao habitat de nove mil, quinhentos e sessenta sobreiros, que são mitigáveis com a remoção dos aerogeradores implantados nessa zona, conforme sugerido pelo promotor, realçando que o ICNF noutros projetos mitigou este risco com a obrigatoriedade de plantar novos sobreiros, no rácio de um vírgula vinte e cinco por cada um abatido. -----*

*Por entender que a decisão desfavorável da implantação do PETM provoca graves prejuízos para o concelho em geral, e para as pessoas em particular, proponho o forte repúdio da decisão desfavorável emitida e motivada pelo parecer negativo do ICNF, e que as deliberações tomadas pelos respetivos órgãos municipais sejam enviadas para todos os municípios das CIM's do Douro e de Trás-os-Montes, Associação Nacional de Municípios Portugueses, Secção de Municípios com Áreas Protegidas, bem como à Tutela, nomeadamente Ministério do Ambiente, Ministério da Economia e Ministério dos Negócios Estrangeiros.-----*

*Paços do Concelho e Vila de Torre de Moncorvo, 5 de janeiro de 2016”-----*

Eu tenho ainda uma questão a levantar, e que é a seguinte: independentemente daquilo que o Prof. Cândido de Oliveira diz relativamente aos poderes da Assembleia Municipal, eles são poucos; e quando os poderes são poucos, pouco há a prometer por quem quer que seja que a eles se candidate. Por isso, quando me candidatei a Presidente da Assembleia Municipal, houve apenas uma única promessa que eu fiz: a de independência relativamente à Câmara, e a de ser uma voz daqueles que não têm voz nesta Assembleia. O Sr. Presidente lembrou-me isso num e-mail simpático que aqui há tempos me enviou. E não podendo votar contra esta moção, eu entendo que só ficarei tranquilo com a minha consciência abstendo-me dela, porque mesmo sendo um projeto de alto valor imediato, eu gostaria que fosse claro que este projeto não nos vira as costas ao Douro, não põe em causa a importância do centro histórico, e não

coloca em risco o Programa Amendoeira em Flor. Gostaria que o município apurasse isto. E portanto, o meu voto será de abstenção.-----

Peço desculpa, esqueci-me de uma questão: é que o Sr. Deputado Salema deixou-me uma questão escrita, e que diz:-----

*“O Grupo Parlamentar do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal apoia sem qualquer reserva esta proposta, apoiando assim por unanimidade a proposta da Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Presidente.”-----*

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro deliberou por maioria, com 24 votos a favor e 1 abstenção (do deputado José Mário Leite) **concordar** com a **“Moção sobre o Parque Eólico”**. -

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

### ----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----Não houve intervenções.-----

\*\*\*\*\*

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade**. -----

-----Seguidamente, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e às 13h00m deu por encerrada a sessão. -----

-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----

**O Presidente da Mesa,**

\_\_\_\_\_  
(José Mário Leite)

**1.ª Secretária da Mesa,**

**2.º Secretário da Mesa,**

---

(Cristina Trindade)

---

(João Leonardo)